



**INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CAMPUS MESQUITA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**JULIANA DE FÁTIMA CALIXTO DE OLIVEIRA**

**A MATERNIDADE COMO DESAFIO PARA MÃES SERVIDORAS E ALUNAS NO  
IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA: REFLEXÕES FEMINISTAS À LUZ DA EPT**

Mesquita  
2023

**JULIANA DE FÁTIMA CALIXTO DE OLIVEIRA**

**A MATERNIDADE COMO DESAFIO PARA MÃES SERVIDORAS E ALUNAS NO  
IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA: REFLEXÕES FEMINISTAS À LUZ DA EPT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Mesquita do Instituto Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Heleno Álvares Bezerra Junior

Mesquita

2023

Oliveira, Juliana de Fátima Calixto de Oliveira.

O48m A maternidade como desafio para mães servidoras e alunas no IFRJ Campus Volta Redonda: reflexões feministas à luz da EPT. \_ Rio de Janeiro: Mesquita, 2023.

91p. il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – do Programa de Pós-Graduação do IFRJ / Campus Mesquita, 2023.

. Orientador: Prof. Dr. Heleno Álvarez Bezerra Junior.

1. Mulher. 2. Maternidade. 3. Educação 4. Trabalho. 5. EPT I. Oliveira, Juliana de Fátima Calixto de Oliveira. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

Diss. / IFRJ/CMesq.ProfEPT/PG.

**JULIANA DE FÁTIMA CALIXTO DE OLIVEIRA**

**A MATERNIDADE COMO DESAFIO PARA MÃES SERVIDORAS E ALUNAS NO  
IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA: REFLEXÕES FEMINISTAS À LUZ DA EPT**

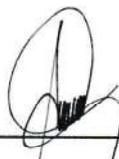
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 05 de outubro de 2023.

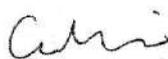
**COMISSÃO EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **HELENO ALVARES BEZERRA JUNIOR**  
Data: 22/11/2023 13:23:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Heleno Álvares Bezerra Junior  
Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Orientador



Prof. Dra. Sabrina Araújo de Almeida  
Instituto Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dra. Geniane Diamante Ferreira Ferreira  
Universidade Estadual de Maringá

---

JULIANA DE FÁTIMA CALIXTO DE OLIVEIRA

MINICURSO

A MATERNIDADE NO IFRJ CAMPUS VOLTA: REFLEXÕES À LUZ DA EPT

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 05 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente  
HELENO ALVARES BEZERRA JUNIOR  
Data: 22/12/2023 16:02:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Heleno Alvares Bezerra Junior

Instituto Federal do Rio de Janeiro

Orientador



---

Prof. Dra. Sabrina Araújo de Almeida

Instituto Federal do Rio de Janeiro



---

Prof. Dra. Geniane Diamante Ferreira Ferreira

Universidade Estadual de Maringá

Dedicatória

Às pessoas que me ensinaram as maiores lições sobre a maternidade:

À minha mãe, Ana Maria Calixto de Oliveira;

Ao meu filho Lucas e minhas filhas, Liz e Lara.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo seu cuidado, pelo auxílio e proteção na caminhada, por me permitir chegar até aqui.

Aos meus pais, Ana Maria e Pedro, pela vida, pelos ensinamentos e pelos exemplos que levo para minha vida. À minha amada irmã, Geovana, pela presença constante, mesmo estando distante.

Agradeço aos meus maiores tesouros Lucas, Liz e Lara, por existirem e serem minha inspiração. Por me permitirem ser mãe ao me escolherem. Por terem me ensinado tantas lições e me mostrarem que tenho muito a aprender. Por me fazerem apreciar a vida, me fortalecer e ser minha principal fonte de motivação. Eu amo vocês!

Ao meu marido, Igor, companheiro e amigo, pela compreensão, amor e carinho. Por estar ao meu lado nas decisões, nos tropeços, desafios e nas vitórias. Pelo apoio em todos os aspectos da minha vida, especialmente na maternidade. Sobretudo, pela paciência na conclusão desta etapa. A você, gratidão e todo meu amor.

Agradeço aos amigos que fiz no PROFEPT campus Mesquita e que acompanham com entusiasmo, apoio e carinho esta minha caminhada: Michelle Abraão, Eduardo Seabra e Alexandre Ornelles. E toda a turma 2021. Quero que se sintam abraçados! Ao meu orientador, Prof. Dr. Heleno Álvares, e ao corpo docente por compartilharem seus conhecimentos e pelas trocas de experiências. Com um carinho especial, agradeço à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Gabriela Ventura pelo acolhimento, dedicação e incentivo ao longo do Grupo de Pesquisa Diálogos sobre EPT. Por ter me ajudado a enxergar que seria possível concretizar esse projeto. Gratidão!

A todas as mães que contribuíram com esta pesquisa compartilhando as suas experiências da maternidade real. A vocês, meu respeito e admiração.

Aos amigos do IFRJ Campus Volta Redonda, em particular Nathalia Sather, André Isnard, Solange Nascimento e Paulo Roberto. A caminhada foi mais fácil com o apoio de vocês!

Em especial, agradeço ao meu grupo “Nós quatro”, minhas amigas: Aline Moraes, Andrea Tunin e Andrea Perdigão, que em momento algum me permitiram desistir ou perder a autoconfiança. Pelo caminho que trilhamos juntas, por me apoiarem incondicionalmente, por serem mais do que eu sempre precisei. Obrigada!

"Se éramos mulheres, profissionais, acadêmicas ou qualquer outra coisa antes dos nossos filhos, deixar de sê-las a partir deles, parece ser uma expectativa social. Quando não deixamos de sê-las, e, ainda assim, desejamos conciliá-los com a função da maternidade, percebemos que nosso caminhar se torna um tanto mais extenuante. Parece que a caminhada, que antes fazíamos com disposição e tênis de corrida, passa a ser feita descalça, numa estrada pedregosa, íngreme e por onde ainda arrastamos bolas de ferro. Daí, com dificuldades maiores para nos mantermos e/ou adentrarmos em espaços outros, muitas de nós começam a compreender a existência de uma ideia de não-lugar."

(Priscilla Bezerra Barbosa, 2023)

## RESUMO

A presente pesquisa é fruto de reflexões nascidas da roda de conversa intitulada “Criaturas invisíveis: o (não) lugar de mães e crianças no IFRJ” na V Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEMEPE) no Campus Volta Redonda. Evento este que gerou, posteriormente, uma carta aberta à comunidade, assinada por todas as servidoras envolvidas. Como fruto de tal discussão, esta pesquisa tematiza a invisibilidade da mãe profissional/discente na política interna do Instituto Federal do Rio de Janeiro e, assim, propõe, como produto educacional, a elaboração de um minicurso de formação para gestores quanto às dificuldades pelas mães do campus. Esta proposta vai além da teoria, buscando contribuir, de forma efetiva, com transformações práticas e concretas dentro do Campus Volta Redonda. Acredita-se que a capacitação dos gestores pode gerar impactos positivos e duradouros, de forma a implementar mudanças, desenvolver intervenções e promover melhorias no campus Volta Redonda. O tema aqui abordado nos permite perceber que o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para servidoras, alunas mães e suas respectivas crianças nos ambientes acadêmicos e laborais se torna necessário uma vez que o Campus Volta Redonda não apresenta, em sua estrutura, um espaço para possibilitar o acolhimento e apoio a estas mulheres. Dessa forma, é fundamental realizar estudos acerca da maternidade, discutindo as condições de trabalho da mulher no IFRJ, numa perspectiva inclusiva, ligada à organização do espaço escolar, afinada com a diversidade e em sintonia com objetivos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), segundo a qual, a prática laboral deve funcionar como princípio educativo pautado na formação omnilateral.

**Palavras-Chave:** Mulher; Maternidade; Educação; Trabalho; EPT.

## ABSTRACT

This research is a fruit of discussions led by a group of mothers named “Criaturas invisíveis: o (não) lugar de mãe e crianças no IFRJ” (Invisible Creatures: The Non-Place of Mothers and Children at The Federal Institute of Rio de Janeiro) held at the 5<sup>th</sup> SEMEPE (A Teaching, Research and Extension Activities Conference) at IFRJ, Volta Redonda Campus. After the weekly seminar was conducted, a letter addressed to faculty and other members of the institution was distributed, eliciting the demands of the mothers who participated in the abovementioned group. As an outcome of the target discussion, this piece of research is about the invisibility of working mothers and student mothers at The Federal Institute of Rio de Janeiro in Volta Redonda. As a form of social intervention, the study aimed at offering a training course about local mothers’ needs and challenges to the chairs of the campus. Therefore, the research tried to transcend theory and propose real-life changes in that academic community. With this, I optimistically expect that the training course taught will bring long-lasting benefits to members of IFRJ at Volta Redonda, Rio de Janeiro State, Brazil. The theme approached allows you to see that public policies for working mothers, student mothers and their children must be improved in academic and work environments, given that there is not a nursing room at IFRJ Campus in Volta Redonda. Being so, it is fundamental for the target academic community to take up studies about maternity and discuss women’s working conditions at IFRJ from an inclusive perspective linked to the organization of learning environments in tune with diversity studies and EPT (Professional and Technological Education) according to which, labor must be regarded as an educational principle based on interdisciplinary teaching fundamentals.

Keywords: Woman; Maternity; Education; Labor; EPT

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plano detalhado da roda de conversa -----	45
Figura 2 - Gráfico de faixa etária das participantes da pesquisa -----	51
Figura 3 - Gráficos de Vínculo, Titulação e Faixa Etária das participantes da pesquisa -----	52
Figura 4 - Gráficos da quantidade e idade dos filhos das participantes -----	52
Figura 5 - Conhecimento sobre trabalhos desenvolvidos no campus que retratam a maternidade -----	74
Figura 6 - As questões abordadas dialogam com os pressupostos da EPT? -----	75

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

APDs - Atividades Pedagógicas Domiciliares

APNP – Atividades Pedagógicas Não Presenciais

CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONSUP – Conselho Superior

CTQI - Curso Técnico de Química Industrial

CTS – Curso Técnico Superior

EBTT – Ensino Básico Técnico Tecnológico

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETFQ – Escola Técnica Federal de Química

ETN - Escola Técnica Nacional

ETQ - Escola Técnica de Química

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFF – Instituto Federal Fluminense

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

INSS – Instituto Social de Seguridade Social

LDB – Leis de Diretrizes e Base

MEC – Ministério da Educação

NEG – Núcleo de Estudo de Gênero

NUGEDS – Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

PE – Produto Educacional

PPC - Planos/Projetos Pedagógicos dos Cursos

PRODIN – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SEMEPE – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UNIL – Unidade Nilópolis

URJ – Unidade Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	<u>15</u>
<u>2 REFERENCIAL TEÓRICO</u>	<u>22</u>
<u>3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</u>	<u>42</u>
<u>4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)</u>	<u>51</u>
<u>5 PRODUTO EDUCACIONAL</u>	<u>68</u>
<u>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>78</u>
<u>7 REFERÊNCIAS</u>	<u>81</u>
<u>APÊNDICE A – Slides apresentados na Roda de Conversa</u>	<u>86</u>
<u>APÊNDICE B – Questionário da Roda de Conversa</u>	<u>88</u>
<u>APÊNDICE C – Avaliação do minicurso de formação dos gestores</u>	<u>89</u>

## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o sistema capitalista vem privilegiando a mão de obra masculina, uma vez que, na tradição patriarcal, o homem seria o provedor e a mulher teria a função doméstica. Em princípio, dá-se a impressão de que a mulher não participa do processo capitalista, porém, considerando questões de trabalho e gênero, elucidadas por Karl Marx e desenvolvidas a posteriori no viés do feminismo marxista (ANDRADE, 2015), é possível perceber que a mulher participa deste processo como mãe, à medida que o corpo feminino cisgênero gera e cria mão de obra. Se as mulheres fornecem força de trabalho por meio da procriação, conseqüentemente, o capitalismo espera que elas se tornem mães e se afastem do espaço laboral remunerado para que sempre abasteçam o sistema com a renovação de trabalhadores.

A escolha pontual do feminismo marxista para analisar a temática em voga se dá porque ela discute, especificamente, a maternidade como atividade integrante do sistema capitalista, visto que, como já dito, a geração de ingressantes ao mercado de trabalho só se torna possível por meio da reprodução e criação de novos trabalhadores. Isso explica por que o capitalismo estimula a exclusão da mulher dos espaços laborais remunerados, bem como incentiva a formação de famílias heterossexuais, a fim de garantir a perpetuação da força de trabalho num futuro próximo. Diferentemente de outras teorias feministas, o feminismo marxista aborda, de forma explícita, a maternidade como elemento do trabalho. Além do mais, ao destacar a dicotomia mulher e labor, segundo a visão de Karl Marx, esta linha feminista estreita a relação entre o tema maternidade e os pressupostos teóricos da EPT (Educação Profissional e Tecnológica) que nortearam este trabalho.

Em se tratando de instituições educacionais públicas, devemos sempre indagar em que medida essas entidades estão preparadas para acolher servidoras e alunas mães, oferecendo-lhes espaços que viabilizem a prática profissional da mulher e reparem a ausência de uma infraestrutura que subsidie o exercício de atividades maternas dentro do campus, quando necessário. Partindo do princípio de que o Instituto Federal do Rio de Janeiro oferece educação pública, gratuita e se propõe a fornecer ensino humanizado, crítico e voltado para a formação do cidadão, torna-se imprescindível criar políticas públicas que possam garantir acolhimento,

qualidade de vida, discussões e reflexões acerca da maternidade como parte integrante e efetiva da política institucional.

Para iniciar este estudo, é importante destacar as circunstâncias que culminaram na escolha do tema da presente pesquisa. Motivada pela minha própria experiência, sendo casada, mãe de três filhos e enfrentando os desafios diários da maternidade conciliados com a construção da minha carreira profissional, decidi investigar as questões relacionadas à maternidade no contexto da educação profissional a partir de uma roda de conversa na SEMEPE do IFRJ, Campus Volta Redonda. Após uma reflexão com os pares sobre tantos desafios enfrentados desde a primeira gestação até os dias atuais, compreendi a importância de estudar as questões relacionadas à maternidade, e como elas podem impactar a trajetória laboral e acadêmica das mães do IFRJ, Campus Volta Redonda.

Sou graduada em Educação Física pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e possuo pós-graduação em Psicomotricidade pela Faculdade Granbery, ambas localizadas em Juiz de Fora, Minas Gerais. Durante o período da graduação, tive uma experiência marcante relacionada à maternidade, quando testemunhei que dificuldades enfrentavam estudantes grávidas para concluir seus cursos de graduação. Naquela época, morava com uma colega que precisou interromper seus estudos e retornar à sua cidade natal após engravidar durante o terceiro período da Licenciatura em Química.

Posteriormente, quando iniciei minha pós-graduação, já residia em Barbacena, o que me obrigava a percorrer 120 km de ida e volta todos os sábados, durante dois anos, para participar das aulas presenciais que duravam o dia todo. Durante esse período, engravidei pela primeira vez. Consegui acompanhar as aulas até o final de novembro, quando entramos em período de férias. No mês de janeiro de 2004, o meu primogênito nasceu e, durante os primeiros oito meses, precisei levá-lo para as aulas comigo. Infelizmente, a faculdade não oferecia nenhum suporte, como fraldários ou espaços adequados para a ordenha. Eu me esforçava muitíssimo sem uma rede de apoio para conciliar os cuidados com meu filho e as exigências acadêmicas.

No ano de 2007, enfrentei um desafio significativo ao tomar a decisão de me

mudar para Volta Redonda. Essa escolha implicou em abrir mão de uma matrícula no Estado de Minas Gerais e deixar uma escola particular onde eu tinha uma fonte de renda estável. Com um filho de 3 anos de idade, e dependendo exclusivamente do salário do meu marido como fonte de subsistência, foi necessário encontrar soluções criativas para enfrentar essa nova realidade. Para contribuir com as despesas da casa, dava aulas de psicomotricidade aos alunos da escola frequentada pelo meu filho, em troca de um desconto na mensalidade. Além disso, tinha uma renda extra com a venda de bolsas e roupas.

Em 2009, surgiu um novo desafio em minha vida quando fui aprovada no concurso para o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Campus Volta Redonda. Essa conquista representou uma oportunidade de crescimento profissional, porém surgia aí uma nova mudança na organização da rotina familiar. Como fazer para adaptar o horário de trabalho ao horário de escola sem contar com uma rede de apoio? Meu marido não tinha uma rotina que coincidissem com os horários escolares e, sempre que preciso, eu levava meu filho para o Campus. Ele ficava bem-comportado dentro do setor em que eu atuava, mas acho que nem todos gostavam da ideia de terem uma criança no local de trabalho.

Em meio a tantas atividades que eu desenvolvia no campus em 2012, minha filha nasceu, e tive a oportunidade de usufruir da licença maternidade, direito de que uma outra servidora do campus teve que abrir mão ao assumir seu cargo em 2009. Nesse período, contei com uma valiosa rede de apoio formada pelas amigas do trabalho, que me ajudaram em momentos difíceis, levando meus filhos e os buscando da escola, acolhendo-os em suas casas ou até mesmo cuidando deles em seus respectivos setores de trabalho.

Em 2015, nasceu minha segunda filha, aumentando ainda mais os desafios da logística familiar. Assim como sua irmã mais velha, ela teve que frequentar a creche em período integral com apenas cinco meses, pois era necessário um mês de adaptação antes do meu retorno ao trabalho. Na época, não conseguia refletir profundamente sobre esses desafios enfrentados pelas mulheres, situações que só consigo reconhecer e compreender plenamente hoje.

Em 2020, convivi com um adolescente, uma criança de 8 anos e outra de 5, isolados dentro de uma mesma casa: situação decorrente da Pandemia do COVID-19. Foram quase 2 anos de muita garra para enfrentar os obstáculos, muito cansaço, choro e incontáveis desafios.

Essas experiências de conciliar a maternidade com o trabalho me fizeram reconhecer a importância de se criar um ambiente mais acolhedor e compreensivo para as mães nos Institutos Federais (e outras instituições), com vistas para a promoção de políticas e estruturas que apoiem mulheres que enfrentam uma jornada dupla ou mesmo tripla de trabalho. Entendo a maternidade como um caminho complexo e cheio de desafios, mas também como uma fonte de força, resiliência e amor.

No que tange às relações pessoais e de convivência cotidiana, os depoimentos sobre a maternidade e as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho são frequentes em conversas informais, despertando, em mim, um interesse de compartilhar e compreender melhor esse contexto. Não é incomum ouvir histórias de mulheres que desistiram de suas carreiras ou que se sentiram esgotadas ao lidar com o acúmulo de responsabilidades entre o trabalho e o lar. Esses relatos refletem desafios enfrentados por muitas mulheres em nossa sociedade atual e constitui o objeto de minha pesquisa.

Ao abordar as questões da permanência de mães servidoras e alunas no campus Volta Redonda, foi preciso refletir sobre suas demandas acerca dos cuidados para com suas respectivas proles. Atualmente no campus, não há espaços apropriados para a permanência de bebês e crianças que, porventura, precisem acompanhar as respectivas mães em atividades cotidianas de trabalho ou de estudo. Não há locais para amamentação e ordenha, espaços em que bebês e crianças possam descansar ou estar em segurança enquanto suas mães trabalham ou estudam. Presenciamos pequeninos em salas de aula, dormindo no colo de mães estudantes ou brincando nos corredores enquanto as mães servidoras desempenham suas funções. As leis e políticas públicas e institucionais não dão conta das realidades enfrentadas por essas mulheres no dia-a-dia quanto aos cuidados com seus filhos e filhas.

Em função do exposto, a pesquisa desenvolvida consistiu em um estudo de capacitação para gestores de forma a conscientizá-los da importância de um espaço que promova o acolhimento destas mães servidoras no exercício de suas atividades laborais no IFRJ Campus Volta Redonda, para que se adote um olhar diferenciado quanto a práticas humanitárias na instituição, visando a uma transformação conceitual, atitudinal e estrutural da e na instituição para que mães exerçam, de forma mais amena, funções manuais ou acadêmicas nos Institutos Federais.

Esta pesquisa procurou levantar dados sobre mães trabalhadoras e estudantes, bem como compreender suas condições e necessidades em relação à infraestrutura disponível antes de que o curso de capacitação para gestores fosse criado. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo foi promover diálogos por meio de uma roda de conversa com mães servidoras, proporcionando a elas um espaço de escuta sensível. Nessas discussões, foram abordadas as demandas e dificuldades enfrentadas pelas mães servidoras e alunas do IFRJ Campus Volta Redonda, principalmente no que diz respeito à conciliação entre suas responsabilidades de cuidado e o cumprimento de tarefas no ambiente acadêmico.

Esta pesquisa teve como objetivo central promover o acolhimento de mulheres mães a partir da discussão das políticas públicas institucionais voltadas à parentalidade e à infância dentro do Instituto Federal do Rio de Janeiro, considerando as condições de exercício das atividades acadêmicas e laborais em consonância com os pressupostos teóricos da EPT.

A realização do objetivo geral perpassa pelos seguintes objetivos específicos:

- Levantar dados sobre o número e as condições de mães trabalhadoras e estudantes do IFRJ Campus Volta Redonda, assim como suas necessidades em termos de infraestrutura.
- Promover diálogos (roda de conversa) que fomentem um processo de escuta sensível com foco nas demandas e dificuldades enfrentadas pelas mães servidoras e alunas do IFRJ campus Volta Redonda no que tange às suas tarefas nesse espaço quando necessitam desempenhar, concomitantemente, as funções de cuidados;

- Elaborar um minicurso de capacitação como Produto Educacional, destinado aos gestores, com o intuito de sensibilizá-los quanto à relevância de criar um ambiente favorável às questões relacionadas à maternidade no IFRJ Campus Volta Redonda, que, além de propiciar o bem-estar e a qualidade de vida, seja um espaço de formação ética, política e social para todos que vivenciam a instituição.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: o Capítulo 1 é constituído por esta introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico pautado em autoras como Badinter, Federici, Safiotti, entre outras, que discutem a situação da mulher-mãe em um país patriarcal e capitalista. No tocante à EPT, que norteia de programa de mestrado, nos pautamos em autores como Antunes, Kuenzer, Frigotto, Ciavatta e Ramos, entre outros que abordam as desigualdades no mundo do trabalho, a formação humana integral (omnilateralidade) e o trabalho como princípio educativo. Ainda nesta seção, traçamos a trajetória dos Institutos Federais e a criação do IFRJ e uma maior participação da mulher neste novo formato da rede federal de ensino.

No capítulo 3, os caminhos metodológicos foram traçados segundo Thiollent, Prodanov, Freitas, Godoy, entre outros, de forma que, a partir da roda de conversa, os dados fossem cuidadosamente analisados para identificar os principais temas, ideias e perspectivas das participantes. A análise dos dados foi feita qualitativamente por meio da Análise de Conteúdo segundo Bardin, compondo um conjunto de técnicas para descrever o conteúdo das mensagens de forma objetiva e sistemática e permitindo inferências sobre as condições de produção e recepção das mensagens.

No capítulo 4, apresenta-se a análise dos dados após uma roda de conversa com as mães na qual colheram-se demandas a serem encaminhadas à gestão do campus durante a aplicação do produto educacional. A análise de dados foi feita numa perspectiva qualitativa por meio da Análise de Conteúdo segundo Bardin.

No capítulo 5, falamos da elaboração do produto educacional, sua aplicação e a análise de dados colhidos após o curso de formação em trabalho. A oferta de um minicurso de formação para os gestores do campus Volta Redonda permitiu mostrar

a realidade vivenciada pelas participantes da pesquisa, visando a promover mudanças práticas e concretas no ambiente institucional. Como resultado do produto educacional, elaboramos um portfólio demonstrando o percurso da pesquisa que consta em apêndice.

Finalizamos esta dissertação com as considerações finais, seguidas das referências.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. O PATRIARCADO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

De acordo com Lins (2020)<sup>1</sup>, ao longo das eras, as organizações humanas nem sempre foram patriarcais. Em estudos antropológicos, Engels (1964) e Muraro (1997) nos mostram que, nos primórdios da história, as sociedades humanas primitivas eram coletivistas, nômades, tribais e matrilineares. Essas sociedades ditas primitivas eram organizadas especialmente em torno da figura materna. Homens e mulheres não detinham papéis sociais bem definidos por gênero. Havia relações sexuais não monogâmicas e, em algumas tribos, essas práticas se davam de maneira democrática e igualitária. A coleta de alimentos que garantia a sobrevivência e os cuidados com as crianças cabia a todos do grupo. Com o passar dos tempos e a descoberta da caça, do fogo e da agricultura, esses clãs deixaram de ser nômades e se fixaram em um território. Os homens eram os encarregados pela caça e as mulheres realizavam o cultivo da terra e o cuidado das crianças, porém não de forma exclusiva.

Com a descoberta da participação do homem no ato da reprodução e uma vez estabelecida a propriedade privada, para garantir herança aos filhos legítimos, as relações se tornaram monogâmicas. As mulheres passaram a ter o seu corpo e sexualidade controlados, dando origem à formação da família monogâmica; gerando, entre homens e mulheres, a divisão social do trabalho por meio dos gêneros masculino e feminino. Inicia-se, então, o patriarcado, um novo sistema social em que o homem mantém a autoridade sobre as mulheres e as crianças. Vale lembrar que a estrutura patriarcal marca o poder dos homens e não necessariamente o poder do pai, enquanto uma categoria social. Apesar disso, muitas civilizações usam a genealogia para designar a sequência patriarcal em termos hereditários.

Aliás, o termo família vem da associação entre parentesco e patriarcado,

---

<sup>1</sup> Fala da professora Aline Moraes da C. Lins na palestra “Sociologia, Psicologia e Consciência: implicações da pandemia nos contextos de vida feminina”. In: **Ciclo e Diálogos Interdisciplinares em Tempos de Pandemia**. Pinheiral: IFRJ, 10 de setembro de 2020.

oriundo do vocábulo latino *famulus*, significando “escravo doméstico”. Foi na Roma antiga que essa nova organização, chamada família, se consolidou enquanto formação. O homem era o centro das relações familiares romanas, detendo, sob seu poder, a esposa, os filhos, empregados e escravizados. A autoridade do *pater familiae* sobre a prole ultrapassava a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (ENGELS, 1964). Devemos entender, portanto, que o patriarcado consiste em uma forma de organização social na qual as relações se baseiam em dois princípios: a subordinação hierárquica das mulheres aos homens e a subordinação hierárquica dos jovens aos homens mais velhos. Dessa forma, o patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em consideração às atividades femininas, legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininos e estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino possui vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970). Essa estrutura, uma vez estabelecida na Europa, tendo chegado ao Brasil nos moldes hoje conhecidos via colonização, trouxe, para nossas terras, um legado de desigualdade entre os gêneros.

A formação cultural de nosso país durante e após a colonização, manteve-se patriarcal. Contendo culturas diferentes que constituíram o território que hoje conhecemos como Brasil, as organizações sociais aconteceram no processo de colonização, tendo uma estrutura patriarcal como forja da instituição familiar a partir de um modelo importado e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista (SAFFIOTI, 1978). Desde a colonização, a posição da mulher na família e na sociedade nos mostra que o patriarcado foi parte importante de nossa sistematização social. Em 1916, o Código Civil Brasileiro, patriarcal e paternalista, estipulou que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do marido. Apenas na Constituição de 1934, o voto feminino foi assegurado como moeda de troca para a permanência de Getúlio Vargas na presidência. Esse direito adquirido foi concedido com a intenção de manter o público feminino favorável à ditadura e enfraquecer o partido comunista. Somente em 1941, o trabalho feminino foi regulamentado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Apesar disso, após a Segunda Guerra Mundial, o público masculino manteve-se na centralidade da empregabilidade. Para a mulher, predominavam as funções maternas, características do trabalho reprodutivo. Em contraposição, a geração de riquezas

destinava-se ao homem, responsável pelo trabalho produtivo. Como esclarece Andrade (2015), essa visão é extremamente equivocada. Na perspectiva marxista, o labor maternal é parte integrante da produção de mão de obra, o sistema capitalista se beneficia disso, confina a mulher à domesticidade e não a remunera por lhe fornecer força de trabalho. A mídia, em todo o tempo, usa a imagem da família heterossexual como símbolo de felicidade para estimular a maternidade, mas, contraditória e conscientemente, não recompensa o corpo reprodutor nem o reconhece como produtivo na geração de bens materiais. Nesta perspectiva, o sistema capitalista depende da reprodução e socialização das futuras gerações para continuar a crescer, onde, para gerar consumidores futuros, as mães desempenham o papel central deste processo. Com a lenta, porém crescente participação da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, sobretudo, com a contribuição das teorias feministas a partir da Segunda onda do Feminismo nos anos de 1960, várias questões nas relações de gênero vêm sendo colocadas em xeque e a maternidade como atividade integrante do sistema capitalista é uma delas.

Para Badinter (1985), autora que discute a história da maternidade e outras questões relativas ao tema, a construção da ideia de maternidade está densamente relacionada a um discurso econômico. Segundo a autora, a associação da noção de “amor” e “maternidade” é relativamente nova e tem um propósito. Ao citar a França e sua grande revolução no século XVIII, o Novo Regime passa a se preocupar com o crescimento da natalidade em função do desenvolvimento urbano e a necessidade de imitar o modelo industrial britânico. De acordo com a autora, foi intenção de Napoleão Bonaparte despertar a sociedade para importância da produção de crianças:

Se outrora insistia-se tanto no valor da autoridade paterna, é que importava antes de tudo formar súditos dóceis para Sua Majestade. Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. Para isso, é preciso impedir a qualquer preço a hemorragia humana que caracteriza o Antigo Regime. O novo imperativo é, portanto, a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, à do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças. Assim, o importante já não é tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida, que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento da maior mortalidade (BADINTER, 1985, p. 145).

Voltando ao Brasil no século XX, com as alterações do Código Civil Brasileiro em 1962, as esposas puderam trabalhar sem a permissão dos cônjuges. A Constituição Federal de 1988 e o Novo Código Civil Brasileiro de 2002, substituindo o Código Civil de 1916, consolidaram alguns direitos femininos já existentes na sociedade. No Novo Código, a família não seria mais regida pelo pátrio poder, como na época feudal, mas pelo *pater familiae*, cuja reinterpretação do conceito pressuporia uma hipotética igualdade autoritativa entre os membros do casal. Podemos perceber quão recentes são essas reformas e que, na prática, pouquíssimas transformações ocorreram no que tange a direitos trabalhistas da mulher. Embora não lidemos com um patriarcado aos moldes de séculos atrás, ainda persiste a modalidade de dominação do homem, de sorte que, de um modo ou de outro, os desajustes nas relações de poder entre o masculino e feminino ainda imperam.

Portanto, deparamo-nos com uma histórica ordem patriarcal que, mesmo sofrendo reformulações e dissimulações, ainda nos remete ao sistema de controle do corpo feminino cisgênero, instaurado na Idade Antiga e pervasivo até os dias de hoje. Por tudo isso, quando falamos do feminino, referimo-nos a todas as questões que abarcam os desafios enfrentados por estas mulheres no que diz respeito aos seus direitos, lutas e dificuldades entre elas, e a questão do trabalho reprodutivo e não remunerado como grande pano de fundo para tais problemas.

Os afazeres domésticos reservaram à mulher uma invisibilidade social durante muito tempo, delegando, a ela, a função de cuidadora da prole, alguém voltado para a reprodução, afetividade, acolhimento, nutrição, higiene corporal dos filhos; enquanto, ao homem, cabia o provimento financeiro. Todo o trabalho associado ao zelo, seja ele com a casa ou com os filhos, era de responsabilidade da mulher. No entanto, essas atividades não eram remuneradas. De outro modo, o homem, exercendo atividades remuneradas, ocupava espaços públicos e se mantinha na função de provedor e chefe da família.

Segundo Badinter (1985), a conquista do direito a exercer trabalhos fora de casa não procedeu na divisão das atividades domésticas e no cuidado com as crianças, o que resultou num acúmulo de atividades para as mulheres. Novaes (2015) nos mostra que o industrialismo capitalista, ao colocar a mulher

especificamente no ambiente doméstico com a figura da “dona-de-casa”, reforçou a divisão entre produção e reprodução, tornando-a responsável pela vida privada. A produção e a reprodução do trabalho estão diretamente ligadas às relações sociais entre os sexos, cabendo a produção e a remuneração aos homens e, a reprodução e o trabalho não remunerado às mulheres. Para Saffioti (2013, p. 57), ao tornar o papel reprodutivo da mulher um substituto de sua função produtiva, a sociedade potencializa a determinação da categoria sexo, distanciando, na esfera social, a mulher do homem.

Já na perspectiva de Federici (2019), o mito da “multitarefa” parte de uma visão segundo a qual as mulheres se diferem dos homens por fatores biológicos, uma vez que estas obtêm competência cerebral para realizarem inúmeras funções. Ao se desdobrarem para desempenhar diversas funções reprodutivas, como o cuidado com a criança e o marido, e demais atividades do âmbito privado, as mulheres legitimam, de forma inconsciente, a dominação imposta. Desde os primeiros contatos com o mundo externo, as formas de socialização que as mulheres recebem são diferentes das adquiridas pelos homens, refletindo em uma bifurcação da representação de suas funções na sociedade, que as desassocia dos espaços públicos e das esferas de poder. Esse papel de cuidadora exclusiva dos filhos foi sendo justificado através da História, especialmente como as construções sociais sobre os corpos das mulheres naturalizadas sob a ideia de um “instinto materno” ou ainda de uma “natureza feminina” (BADINTER, 1985).

Como apresentado por Federici em *O ponto zero da revolução* (2019), a força de trabalho reprodutiva não é exercida de forma livre e autônoma em relação ao capitalismo, pois não nos reproduzimos de acordo com os nossos anseios. Mesmo quando dependente de um salário comumente degradante, o indivíduo está “sujeito às condições impostas pela organização de trabalho e pelas relações de produção” (2019, p. 209) e a diferença de tipos de labor para homens e mulheres, estabelecendo uma valorização desigual entre os gêneros, gerou a divisão sexual do trabalho.

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho atua de acordo com dois princípios organizadores primordiais: a separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e a hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um

trabalho de mulher). É possível demonstrarmos esses princípios refletindo sobre as profissões. Aquelas atreladas aos papéis de mãe e de cuidadora como professora, enfermeira, trabalhadora doméstica, secretária, são consideradas profissões femininas, e as profissões como cientista, bombeiro, astronauta, caminhoneiro são consideradas profissões masculinas, caracterizando o princípio da separação laboral por gênero. Esta divisão está associada a uma base tanto política quanto econômica da sociedade (HIRATA E KERGOAT, 1994). Em *Os sentidos do trabalho* (2009), Antunes analisa a divisão sexual do trabalho na perspectiva da transversalidade entre gênero e classe, afirmando que:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que no universo do mundo produtivo e reprodutivo vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 105).

Na sociedade capitalista, o trato da casa e com a família é atribuído à mulher, com base no discurso da sua natureza feminina, inclinada a esse cuidado. Indo na contramão, é preciso desnaturalizar a mulher como uma categoria fixa, como uma essência biológica e entendê-la como sujeito social e político. Essa função sociopolítica das mulheres, saindo do espaço privado e indo em busca de independência e atuação no espaço público, ainda é marcada por desvantagens em relação à atuação dos homens, pois a mulher ainda realiza, praticamente sozinha, todas as atividades do espaço privado. Ao considerarmos o papel da mulher nas sociedades contemporâneas, podemos observar que mesmo exercendo suas atividades fora de casa, a mulher ainda acumula as funções e responsabilidades domésticas e a criação dos filhos.

Dito isso, é importante destacar que, com a redefinição do papel da mulher na modernidade tardia, nota-se a necessidade da proteção ao corpo feminino em relação à maternidade, uma vez que é difícil, para as mulheres, conciliar maternidade e profissão. Neste contexto, existem leis que garantem, à figura feminina, segurança e proteção durante a gestação e uma licença maternidade remunerada pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social. Ainda assim, vimos situações em que, por existir tais benefícios, o contrato das mulheres torna-se mais caro, privilegiando a empregabilidade dos homens.

LÖWY (2009) e KELLER (1996) nos mostram que a ciência foi historicamente desempenhada por e para indivíduos do sexo masculino. Assim, uma profissão, quanto mais próxima à ciência ela é, mais masculina ela se torna. Isso explica por que ainda hoje a participação feminina nas ciências exatas é tão exígua, sobretudo em países em desenvolvimento. Basta dizer que, em determinadas áreas do saber, a representatividade masculina no corpo docente é maior nas universidades e quando as mulheres participam do mesmo, nem sempre constam entre as principais referências bibliográficas, visto que o espaço acadêmico ainda é masculino, por se tratar de um local da ciência. Por muito tempo, não foi propícia a participação feminina no ensino técnico nas redes federais, voltado para as áreas exatas, agrárias e para o trabalho braçal, por serem instituições carregadas de estereótipos sexistas da época. A criação dos institutos federais, tendo como base teórica a Educação Profissional e Tecnológica, luta contra este paradigma, fazendo coro à luta travada pelos departamentos de Ciências Humanas das universidades públicas brasileiras. Afinal, em cursos de Letras, Sociologia, História, Geografia, Filosofia, Antropologia e Psicologia, questões sobre a prevalência do patriarcado vêm sendo extensivamente debatidas e combatidas. Apesar desses esforços, a luta contra os males criados pelo patriarcado ainda é grande.

## 2.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA E AS MULHERES

Desde o princípio da educação técnica, as distinções de gênero aparecem atreladas às diferenças de classes sociais. Na Constituição Brasileira de 1823, encontramos a primeira proposta de educação para mulheres, regulamentada em 1827, quando o ensino de atividades domésticas era destinado às meninas, enquanto os meninos aprendiam operações matemáticas. Assim, apesar da Lei de Instrução de 1827 representar alguma conquista para as mulheres, ainda a conservava no lugar de mãe, aquela que desempenha a função natural de educadora. “As mulheres carecem tanto mais de instrução, porquanto são elas que dão a primeira educação aos seus filhos. São elas que fazem os homens bons e maus; são as origens das grandes desordens, como dos grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos dela” (Lei da Instrução Pública, 1827, Apud LOURO, 2013, p. 447). Como se vê, cabia à mulher cumprir o papel de manutenção da ordem social. Dessa forma, tal concepção percebia a mulher como cuidadora dos

filhos e também como preceptora, uma pessoa responsável pela formação das futuras gerações, seja transmitindo valores sociais humanitários ou hegemônicos.

As primeiras Escolas Profissionais Femininas foram criadas somente no final do século XIX. No Rio de Janeiro, foi fundado, em 1898, o Instituto Profissional Feminino. Em 1913, inauguradas a primeira e a segunda Escola Profissional Feminina (em Bento Ribeiro e Rivadavia Correa, respectivamente) voltadas para o sexo feminino. Em 1919, foi aberta a Escola Profissional Paulo de Frontin (BONATO, 2004).

Criada em 1919, a Escola de Niterói era voltada para trabalhos domésticos cujo ensino englobava cozinha, lavagem, engomagem, copa e arranjos caseiros. Eram oferecidas oficinas de corte e costura bem como bordados e renda. Havia cursos comerciais com conteúdo de contabilidade, datilografia, correspondência, estenografia, francês ou inglês. Entendemos que este movimento de profissionalização da mulher pode ser consequência indireta de reivindicações estrangeiras como o Movimento das Sufragistas britânicas que, ao lutarem pelo voto e espaços de trabalho entre 1903 e 1913, protagonizaram a Primeira Onda do Feminismo. Essas influências parecem ecoar nas crescentes pressões de mulheres brancas das elites brasileiras que deram à mulher o direito ao voto no Brasil em 1932. (DUTRA, 2013). Em 1952, é criado o primeiro curso superior na área de economia doméstica pela Escola Superior de Ciências Domésticas, antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária; hoje Universidade Federal de Viçosa (AMARAL JR., 2013).

Neste viés, os cursos superiores que ofereciam disciplinas como vestuário, arte, decoração, nutrição, puericultura e educação, todas com cunho doméstico, tinham, como estudantes, quase que exclusivamente mulheres, enquanto, aos homens, cabiam as funções consideradas superiores, perpetuando a lógica da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, as profissões destinadas às mulheres foram se delimitando, ancoradas nas características do cuidado como um fator feminino, à assistência à família, à fragilidade, à sensibilidade, entre outras. Percebe-se, assim, que as atividades profissionais representam riscos para as funções sociais das mulheres. Reconhece-se, conseqüentemente, uma dualidade de atribuições: enquanto os homens eram preparados para adentrar o ensino superior,

às mulheres destinava-se o estudo de assuntos domésticos, preparando-as para o casamento (LOURO, 2013).

Dito isso, observamos que essa separação entre homens e mulheres na educação merece uma análise meticulosa: a divisão sexual do trabalho, marcada na educação profissional e posteriormente em suas carreiras/ocupações, não é detectada apenas pela divisão de atividades entre sexos, mas evidenciada nas desigualdades sociais reservadas às mulheres, limitadas a postos de trabalho de menor prestígio social e remuneração. Em contrapartida, compreendemos que a educação possui uma força propulsora de mudanças sociais, oportunizando a inserção do corpo feminino no mercado de trabalho. É a partir de então, que as mulheres redimensionam seu espaço de atuação e a compreensão de si mesmas.

A Segunda Onda do Feminismo, situada na década de 1960 na Europa e América do Norte, voltou-se para os direitos trabalhistas da mulher bem como para os direitos da mulher sobre o próprio corpo, contribuindo para várias discussões sobre a isonomia entre os gêneros no tocante ao trabalho (LEGATES, 2001). A obra de Simone de Beauvoir, a partir de 1949, exerce uma expressiva influência nesse pensamento, sendo uma voz potente na divisão do trabalho e em prol de uma efetiva participação do corpo feminino no universo do labor remunerado. (BEAUVOIR, 2009).

A terceira onda do feminismo contou com questões mais aprofundadas sobre identidade. Influenciado por Raymond Williams (2011), teorias de Stuart Hall (1998) sobre a identidade cultural impactariam a maneira de perceber a complexidade identitária feminina. Segundo Hall, a identidade é culturalmente construída. Mesmo contendo alguns elementos oriundos da psiquê, a identidade cultural na pós-modernidade fragmenta o *self* freudiano em diferentes partículas e entende que o sujeito se compõe de elementos-referência tais como: pátria, cultura regional, língua materna, cultura local, classe social, raça (enquanto distintivo biológico), etnia (enquanto elemento culturalmente construído), visão de mundo (englobando questões ideológicas sejam elas de ordem religiosa ou não), morfologia sexual, gênero (como construto social), orientação sexual etc. Todas essas questões ampliaram a dimensão de identidades femininas e nos ajudaram a compreender mais detalhadamente que a mulher não é uma essência biológica, mas uma

construção tal como já afirmara Beauvoir. Embora não seja objeto deste trabalho explorar diferentes categorias de mulher (mulher branca, negra, lésbica, transgênero etc.), a noção de interseccionalidade que brota dos estudos de Hall e ganha taxionomia na obra de Kimberlé Williams Crenshaw (2022) é importante no sentido de mostrar como cada mulher é complexa em sua individualidade e como aspectos tais como etnia, gênero, sexualidade, identidade de gênero etc. podem complexificar a questão da maternidade, ainda que o presente trabalho não vá se ater a uma pormenorização a esse respeito (CRENSHAW, 2022).

Originalmente, Crenshaw cunha o termo interseccionalidade para discutir a relação entre gênero e etnia no feminismo negro estadunidense. Porém, mais recentemente, culturalistas (ou pós-colonialistas) e feministas vêm ampliando o escopo do termo e o aproximando de Hall. Pensar a mulher como um conceito plural, articulado à relação educação e diversidade é importantíssimo nesse trabalho à medida que a interseccionalidade, presente nas identidades contemporâneas, justifica por que e como feminismos e questões sobre identidade discutidas no Culturalismo (ou Pós-Colonialismo) se coadunam na proposta da EPT. Isso nos leva a outro ponto de discussão: a de que a criação dos institutos federais, ao propor uma educação voltada para a cidadania e omnilateralidade, é uma instituição que visa a abraçar diferentes dimensões do ser humano, englobando, portanto, a noção de mulher como um ser plural, com direito à maternidade, ao acesso à formação intelectual e condições de gênero equânimes no mundo do trabalho (RAMOS, 2008).

Na sociedade brasileira contemporânea, segundo a qual a categoria mulher ainda integra a vida produtiva não doméstica, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica foi criada em nosso país. A Rede busca, a partir de sua concepção, gerar transformações históricas, educacionais e sociais que acarretam modificações diante do pensamento e a execução das políticas públicas educacionais, voltadas para todos envolvidos na educação profissional e tecnológica.

Os Institutos Federais foram criados, a partir da Lei 11.892, de 2008, para proporcionar, dentro de um mesmo espaço, um ambiente educacional e produtivo a fim de oferecer ensino integrado e interdisciplinar, bem como ofertar, à população jovem e adulta, uma formação politécnica que transcendesse a perspectiva do

ensino técnico, voltado para a automatização de atividades manuais. De acordo com o Artigo 2º da referida Lei:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Lei 11.892/2008).

Nos Objetivos dos Institutos Federais, Seção III, Art. 7º, I da mesma lei, encontramos o seguinte comprometimento:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; Os cursos integrados são ofertados pelos Institutos Federais em adoção a um modelo de ensino em que estudantes fazem as disciplinas básicas do ensino médio e o curso técnico na área escolhida ao mesmo tempo (Lei 11.892/2008).

Os campos de atuação destas instituições são delimitados no Art. 7º, reforçando a formação integral, de forma a contribuir com as transformações sociais, quando priorizam os cursos integrados, voltados para a conjugação de saberes técnicos com as ciências exatas, biológicas e humanas. Para PACHECO (2010), a proposta dos institutos federais pode modificar a vida social, quando compreende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, passando a atribuir maior sentido e alcance ao conjunto de experiências humanas. Dessa forma, situações da atualidade devem ser pensadas no sentido de possibilitar, à comunidade acadêmica, o acesso a conhecimentos adquiridos informalmente em suas vivências, conciliando-os com os saberes presentes nos currículos formais e os articulando com a realidade dos discentes. Isso precisa incluir, por exemplo, a realidade de alunas mães.

Na década de 1980, segundo Ramos (2008) e Frigotto (2018), a busca pela garantia de uma educação voltada para os trabalhadores se deu através de reivindicações na educação nacional. A idealização de uma educação unitária e politécnica, que garantisse a integralidade física, mental, política, cultural e científico-tecnológica era o seu objetivo central. Ou seja, uma educação omnilateral. A educação básica e profissional teria que superar as diferenças que a atividade manual e o trabalho intelectual apresentavam, de forma a garantir a formação unitária (RAMOS, 2008; SAVIANI, 1989; CIAVATTA, 2005). Assim, firmando-se como um direito institucional, deveria ser igualitária, isso é, não deveria ser apresentada

de maneira diferente entre as classes.

Nesses termos, a politecnia é trazida por Ramos (2008, p. 3) como “uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas”. Dessa forma, a concepção do sujeito se traduz na formação integral do ser humano, capacitando-o de maneira a produzir sua história através do trabalho não alienado. Isso significa formar um profissional com conhecimento para o mundo do trabalho e com autonomia e capacidade de tomar decisões em um contexto de variadas escolhas, questionar práticas produtivas impostas pelo capital e sugerir novas possibilidades.

O conceito de omnilateralidade, como forma de concretização de um ensino interdisciplinar, é atribuído à educação integral que busca uma reflexão acerca da formação concedida tanto à educação básica quanto à superior. Para Ramos (2008):

a integração possibilita formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade (RAMOS; 2008, p. 4).

Ainda segundo a mesma autora (2018), os dois pilares conceituais que constituem a educação integrada são a educação unitária e politécnica, que favorecem o acesso ao conhecimento vinculado ao mundo real, levando em consideração as diferentes realidades e cotidianos dos jovens e adultos.

Semelhantemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Resolução 6/12, que trazem orientações para o ensino da Educação Profissional Técnica de nível médio, apontam a necessidade de articular temas diversos relacionados à diversidade com projetos político-pedagógicos, incluindo as relações de gênero. Considerando esta legislação, alguns autores, tais como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), nos apresentam a formação humana integral como uma concepção que sugere superar o ser humano, cindido historicamente pela divisão social do trabalho entre a execução e o ato de pensar, dirigir ou planejar. Essa discussão se baseia na

integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, com vistas para uma formação que possa garantir ao jovem/adulto o direito a uma formação completa para leituras críticas do mundo e para a atuação como cidadão, dignamente integrado à sociedade política. Formação essa que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a diferentes fenômenos no campo da cidadania e da epistemologia (CIAVATTA, 2005).

Ao se imaginar um currículo integrado ou politécnico, pretende-se destacar o trabalho como princípio educativo; isto é, propõe-se uma integração entre uma educação geral e associada a uma prática do trabalho produtivo, buscando promover a equidade na educação, rompendo com a dualidade estrutural que mantém e reproduz as desigualdades. O trabalho como um princípio educativo, para tanto, precisa estar atualizado e afinado com as realidades contemporâneas. Kuenzer (1988) apresenta, como uma de suas concepções, condições físicas modernas e atualizadas, contando com equipamentos e espaços tais como bibliotecas, oficinas e laboratórios que permitam a apropriação do saber científico e tecnológico. “É impossível a politecnia em escolas de cuspe e giz” (p. 130). O trabalho como princípio educativo exige articulação entre a ciência e o processo produtivo entre teoria e prática; e esta articulação só é possível em uma escola adequadamente construída e equipada.

Podemos dizer que a educação profissional atravessou momentos de transformações que provocaram reestruturações de acordo com realidades sociopolíticas distintas, buscando atender a projetos societários de acordo com cada período da história. Fica claro que tais projetos naturalizaram a maternidade e deixaram de priorizar a educação da mulher, independente do momento histórico e contextos brasileiros a que outrora se aplicaram. De outro modo, esses paradigmas se tornaram o alicerce para a discussão de realidades que têm, por base, a desigualdade de gênero, vivenciadas por meninas e mulheres mães que ocupam espaços públicos e privados de educação, e necessitam ter suas necessidades compreendidas e atendidas pelas instituições, de modo a não serem afastadas do espaço escolar. E é no intuito de compreender como as teorias feministas contribuíram e contribuem para pensamentos humanitários sobre a mulher que um breve histórico de ondas do feminismo foi apresentado nesta seção de modo a

corroborar nosso tema sobre maternidade ancorado nos pressupostos teóricos da EPT.

### 2.3 HISTÓRICO DO IFRJ

Com o Decreto-Lei no. 4.127, de fevereiro de 1942, foi criada a Escola Técnica de Química, cujo funcionamento só se efetivou em 6 de dezembro de 1945, com a instituição do Curso Técnico de Química Industrial (CTQI) pelo Decreto-Lei no. 8.300. De 1945 a 1946, o CTQI funcionou nas dependências da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1946, houve a transferência dessa Escola para as dependências da Escola Técnica Nacional (ETN), onde atualmente funciona o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ).

Em 16 de fevereiro de 1956, foi promulgada a Lei no. 3.552. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o CTQI adquiriu, então, condição de autarquia e passou a se chamar Escola Técnica de Química (ETQ) e, posteriormente, Escola Técnica Federal de Química (ETFQ), quando, em 1985, a ETFQ, tendo saído do CEFET-RJ, passou a se chamar Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro (ETFQ-RJ). Cabe ressaltar que, durante quatro décadas, a Instituição permaneceu funcionando nas dependências da ETN/ETF/CEFET-RJ, utilizando-se de três salas de aula e um laboratório. Apesar de a Instituição possuir instalações acanhadas, o seu quadro de servidores de alta qualidade e comprometido com os desafios de um ensino de excelência conseguiu formar, em seu Curso Técnico de Química, profissionais que conquistaram cada vez mais espaço no mercado de trabalho.

Em 1981, a ETFQ, confirmando sua vocação de vanguarda e de acompanhamento permanente num processo de desenvolvimento industrial e tecnológico da nação, lançou-se na atualização e expansão de seus cursos, criando o Curso Técnico de Alimentos. O ano de 1985 foi marcado pela conquista da sede própria, na Rua Senador Furtado, 121/125, no Maracanã. Em 1988, o espírito vanguardista da Instituição novamente se revelou na criação do curso Técnico em Biotecnologia, visando ao oferecimento de técnicos qualificados para o novo e

crecente mercado nessa área.

Na década de 1990, a ETFQ-RJ foi novamente ampliada com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Nilópolis (UNED), passando a oferecer os cursos Técnicos de Química e o de Saneamento. A partir da criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (Lei 8.948, de 8 de dezembro de 1994), previu-se que todas as escolas técnicas federais seriam alçadas à categoria de CEFET.

A referida lei dispôs a transformação do CEFET em 19 escolas técnicas federais existentes e, ainda, após a avaliação de desempenho a ser desenvolvido e coordenado pelo MEC, permitiu a inserção de mais 37 escolas agrotécnicas federais distribuídas em todo o País. A ETFQ-RJ teve as suas finalidades ampliadas em 1999, com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis - RJ, mudando sua sede para o município de Nilópolis.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996 (BRASIL, 1996), e as edições do Decreto no 2208 de 1997 (BRASIL, 1997) e da Portaria MEC 646/97, as Instituições Federais de Educação Tecnológica ficaram autorizadas a manter o ensino médio desde que suas matrículas fossem independentes da Educação Profissional. Era o fim do Ensino Integrado. A partir de 2001, foram criados os cursos Técnicos de Meio Ambiente e de Laboratório de Farmácia na Unidade Maracanã, e o curso Técnico de Metrologia na Unidade Nilópolis. Além disso, houve a criação dos cursos superiores de Tecnologia e os cursos de Licenciatura.

Em 2002, é criado, na Unidade de Nilópolis, o Centro de Ciência e Cultura do CEFET Química/RJ, um espaço destinado à formação e treinamento de professores, divulgação e popularização da ciência e suas interações com as mais diversas atividades humanas. Em 2003, o CEFET de Química de Nilópolis/RJ passa a oferecer, à sua comunidade, mais 3 cursos de nível superior: Licenciatura em Química, Licenciatura em Física e Curso de Tecnologia em Química de Produtos Naturais, todos na Unidade Nilópolis. Em 2004, o CEFET de Química de Nilópolis/RJ apresenta a seguinte configuração para o Ensino Superior: CTS em Produção Cultural (UNil), CTS em Processos Industriais (URJ), CTS em Produtos Naturais

(UNil), Licenciatura em Química (UNil) e Licenciatura em Física (UNil).

Em outubro de 2004, a publicação dos Decretos no 5.224 e no 5.225, que organizaram os CEFET, definindo-os como Instituições Federais de Ensino Superior, autorizou-os a oferecer cursos superiores de tecnologia, cursos técnicos integrados e licenciaturas, estimulando-os a participar mais ativamente do cenário da pesquisa e da pós-graduação do país. Vários projetos de pesquisa que antes aconteciam na informalidade passaram a ser oficializados pela Instituição, o que propiciou a formação de alguns grupos de pesquisa, o cadastramento no CNPq e a busca por financiamentos em órgãos de fomento.

Neste mesmo ano, deu-se início ao primeiro curso de pós-graduação Lato Sensu da Instituição, na Unidade Maracanã, por nome de 'Especialização em Segurança Alimentar e Qualidade Nutricional'. Ainda nesse ano, houve a aprovação de um projeto Finep que possibilitou a criação e implantação do curso de Especialização em Ensino de Ciências, em agosto de 2005.

Com a publicação do Decreto no. 5773 de 9 de maio de 2006, que organizou as instituições de educação superior e cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino, houve a consagração dos CEFET como Instituições Federais de Ensino Superior, com oferta de Educação Profissional em todos os níveis.

Em 2005, o CEFET de Química de Nilópolis/RJ voltou a oferecer o Ensino Médio integrado ao Técnico, respaldado pelo Decreto no. 5.154 de 2004 (BRASIL, 2004). Naquele mesmo ano, com o Decreto 5.478, de 24 de junho de 2005, o Ministério da Educação criou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), induzindo a criação de cursos profissionalizantes de nível técnico para qualificar e elevar a escolaridade de jovens e adultos.

Em 2006, com a publicação do Decreto 5.840, de 13 de julho, a instituição criou o curso Técnico de Instalação e Manutenção de Computadores na modalidade de EJA que teve início em agosto do mesmo ano, e tem, atualmente, duração de 03 (três) anos.

No segundo semestre de 2005, houve a criação do Núcleo Avançado de

Arraial do Cabo com o curso Técnico de Logística Ambiental, com oferta de curso concomitante ou subsequente. Trata-se de um projeto apoiado pela prefeitura de Arraial do Cabo, no qual estão previstos cursos de educação profissional nas áreas de Meio Ambiente, Turismo e Pesca. Em 2006, houve a criação do Núcleo Avançado de Duque de Caxias, (transformado em Unidade de Ensino pelo plano de Expansão II) na região de um dos maiores polos petroquímicos do país, com o curso Técnico de Operação de Processos Industriais em Polímeros. Estão previstos cursos de educação profissional, voltados para as áreas de Petróleo e Gás e Tecnologia de Polímeros. Em 2007, houve a implantação da Unidade Paracambi com os cursos Técnicos de Informática e de Gases e Combustíveis, oferecidos de forma integrada ao ensino médio. No 2o semestre de 2008, houve a implantação das Unidades Volta Redonda e São Gonçalo, que também fazem parte do plano nacional de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A Unidade de Ensino São Gonçalo, situada no município do mesmo nome, voltada para áreas de Logística de Portos e Estaleiros, Metalurgia, Meio Ambiente, também possui hoje o curso Técnico em Segurança do Trabalho. No caso da Unidade de Ensino Volta Redonda, os cursos de educação profissional são voltados para as áreas de Metalurgia, Siderurgia, Metalmeccânica, Automação e Formação de Professores das áreas de Ciências, com os cursos Técnicos em Metrologia e Automação Industrial e Licenciaturas em Matemática e Física.

Em 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal do Rio de Janeiro foi criado mediante a transformação do CEFET Química de Nilópolis em IFRJ e com a integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha (UFF) no mesmo instituto, conforme a Lei no. 11.892. Esta transformação permitiu que todas as Unidades passassem ao status de campi, conforme a Portaria no 04, de 6 de janeiro de 2009.

Atualmente, o IFRJ é composto por 15 campi e vem acompanhando as mudanças políticas e econômicas do país que se refletiram nas transformações ocorridas no CEFET de Química de Nilópolis/RJ, especialmente nos últimos 20 anos, após a promulgação da LDB. A presença de mulheres no corpo profissional do IFRJ acompanhou estas mudanças e já corresponde a quase metade do total de servidores, conforme consulta no portal da transparência (2022). Não existe um número exato de alunas mães levantado pelo IFRJ até o momento em que a

pesquisa foi encerrada.

O Instituto Federal do Rio de Janeiro é uma instituição de ensino público e gratuito com a missão de fornecer ensino humanizado, crítico e voltado para a cidadania que, em conformidade com a Lei 11.892/2008, busca assegurar aos sujeitos as condições de interpretar a sociedade e exercer sua cidadania, na perspectiva de construir um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade. Entretanto, no que diz respeito à questão da maternidade no espaço institucional de educação, é percebido que a produtividade acadêmica é diretamente afetada quando consideramos que a organização do trabalho e da família, os cuidados requeridos pelos(as) filhos(as) ficam a cargo da mulher. Aliás, todo esse percurso sobre a memória institucional mostra que, embora as mulheres sofram com a dupla ou tripla jornada de trabalho diário, não há distinção nas regras e nos critérios de mérito, ao se avaliarem as trajetórias profissionais de homens e mulheres até os dias de hoje. Com isso, ignora-se o fato de que as questões relativas à família e ao gênero influenciam na produtividade científica e nas conquistas profissionais (ALMEIDA, 2020) da mesma forma que não percebemos, no processo de expansão, uma preocupação específica com a maternidade. E é exatamente nesta lacuna que pudemos desenvolver este trabalho na Linha de Pesquisa 2, Macroprojeto 4, voltado para a Organização e Memória Institucionais.

#### 2.4 MATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS.

No Brasil, para possibilitar a conciliação entre maternidade e carreira, e postergar a separação mãe-bebê, existe atualmente a licença-maternidade: um direito que garante, constitucionalmente, esse momento entre mãe e filho nos primeiros quatro meses de vida do bebê. Em setembro de 2008, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o aumento da licença-maternidade de 120 para 180 dias. Todavia, a extensão não é obrigatória.

Foi a convenção n. 103 de 1953 que garantiu a licença-maternidade de no mínimo 12 semanas e foi ratificada pelo Brasil em 1965. Na Constituição Brasileira, o artigo 7º, inciso XVII garante a licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias, tanto para a trabalhadora rural como para a urbana. O artigo 10º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)

veda dispensar, sem justa causa, a empregada gestante desde a confirmação da gravidez até o quinto mês após o parto. Tais benefícios podem ser ampliados em convenções coletivas (acordado entre sindicatos de empresa e empregados) ou ainda de acordo com os estatutos da administração direta e indireta (BRASIL, 1988). A Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, estendeu a licença-maternidade para seis meses, de forma facultativa, para as trabalhadoras das esferas privada e pública.

Com iniciativas voltadas para servidoras e estudantes mães do IFRJ, de forma a implementar políticas públicas de apoio à maternidade, à infância e à parentalidade, um grupo de mulheres servidoras realizou uma roda de conversa na V Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEMEPE) no Campus Volta Redonda, intitulada “Criaturas invisíveis: o (não) lugar de mãe e crianças no IFRJ”, que gerou, posteriormente, uma carta aberta à comunidade, assinada por todas as servidoras envolvidas. Mães trabalhadoras e/ou estudantes têm vivenciado os agravos que a pandemia do Covid-19 ocasionou para as famílias, amigos e colegas de trabalho em situações dentro ou fora do âmbito do IFRJ. É perceptível que as mães precisam se desdobrar, além do normal, entre as diversas tarefas domésticas, administrativas, trabalho pedagógico e acadêmico, cuidados com os(as) filhos(as), idosos e o autocuidado.

E, para uma melhor convivência e equidade, sobretudo, em momentos em que as mães comparecem ao campus Volta Redonda, percebemos que políticas públicas institucionais voltadas para docentes e discentes gestantes, puérperas, mães por gestação ou adotantes, mães solo ou madrastas precisam ser pensadas, discutidas e implementadas, considerando questões de gênero e parentalidade. No IFRJ, o NUGEDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) tem como finalidade ser um

núcleo de estudos de caráter propositivo e consultivo que elabora, fomenta e promove ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à temática da educação para a equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual, em todos os níveis de ensino (formação inicial continuada, médio, técnico, graduação e pós-graduação), garantindo em âmbito institucional a promoção do bem de todos sem quaisquer formas de discriminação, observando o preceito constitucional da igualdade entre homens e mulheres. (p.4)

Como núcleos institucionais, temos implementados no Campus Volta

Redonda o NUGEDS e o NEG, Núcleo de Estudo de Gênero, que se propõem a apoiar o presente projeto de pesquisa. Apesar de ambos promoverem discussões relacionadas à questão da mulher, a maternidade não é enfatizada em seus regulamentos e precisa ganhar maior atenção institucional em caráter intercampi.

Percebemos, por tudo isso, a necessidade de construir políticas públicas para mães e crianças dentro e fora da Instituição através de estruturas físicas e simbólicas como meio de dar suporte à maternidade e à infância. Dessa forma, a busca pelo diálogo dentro da comunidade e a promoção de espaços de acolhimento para mães servidoras e alunas com suas crianças nos permitirão criar condições favoráveis para o êxito e a permanência das estudantes e melhores condições de trabalho às servidoras nos campi. Por isso, o presente projeto propôs ouvir as mães discentes e servidoras do campus Volta Redonda, para a elaboração de um minicurso de capacitação para os gestores, de forma a conscientizá-los da importância de um espaço que promovesse o acolhimento destas mães no exercício de suas atividades no IFRJ Campus Volta Redonda. Esperamos, assim, após a aplicação desse curso, que a gestão local adote um olhar diferenciado quanto às práticas humanitárias na instituição que visem a uma transformação conceitual, atitudinal e estrutural que possibilite que as mães exerçam, de forma mais qualitativa, atividades laborais e acadêmicas no Instituto.

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Foco central do trabalho: a qualidade de vida no ambiente laboral e acadêmico de mães do IFRJ, Campus Volta Redonda – tendo as concepções da EPT como base. Isso porque, embora o trabalho tenha se direcionado às servidoras inicialmente, cogitamos que melhorias feitas no campus para as mães servidoras viessem a beneficiar as mães alunas também. Com isso, algumas discentes também foram entrevistadas.

Etapa 1 – levantamento bibliográfico; reconhecimento do campo de estudo à luz do feminismo marxista e outras teorias adicionais; a divisão sexual do trabalho; a educação profissional e sua abordagem omnilateral.

Etapa 2 – reconhecimento do público-alvo; levantamento de dados com o objetivo de conhecer e analisar o foco central do trabalho; roda de conversa preliminar à aplicação do produto educacional e questionário com dados colhidos posteriormente.

Etapa 3 – análise dos dados da etapa 2 à luz das referências da etapa 1. Aqui o produto educacional, a saber, o minicurso para os gestores, foi pensado e elaborado.

Etapa 4 – aplicação do produto educacional e questionário de avaliação do minicurso (produto) após sua execução.

Etapa 5 – análise da avaliação do curso (produto) e considerações finais englobando todas as etapas analisadas e respondendo sobre a qualidade de vida laboral e acadêmica das mães do IFRJ CVR à luz da EPT.

#### **3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

Este capítulo pretende apresentar a trajetória metodológica percorrida para execução do trabalho desta pesquisa. Do ponto de vista da abordagem do problema, o presente estudo classifica-se como qualitativo. No contexto da análise de fenômenos sociais, a pesquisa qualitativa é uma ferramenta importante para analisar as relações oriundas desse cenário. Seu foco está na compreensão e aprofundamento do objeto investigado, dispensando a preocupação com resultados numéricos (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). A pesquisa de natureza qualitativa difere daquelas exclusivamente quantitativas, uma vez que não se concentra na

quantificação de resultados, mas sim na análise dos fenômenos por meio da interpretação de seus significados. Segundo Rodrigues (2007, p. 39), a pesquisa qualitativa utiliza a razão discursiva como base.

Na abordagem qualitativa, o ambiente se configura como a fonte de dados da pesquisa. Por meio do contato direto com a fonte, o pesquisador se aproxima do objeto de estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013). Assim, os fatos e fenômenos estudados são observados a partir do contato com os sujeitos envolvidos, sendo analisados e descritos pelo pesquisador com base em fundamentos teóricos. Ao imergir no ambiente onde os fenômenos ocorrem e estabelecer uma aproximação com os sujeitos envolvidos, a pesquisa qualitativa permite compreender a estrutura na qual esses indivíduos estão inseridos, possibilitando entender como seus comportamentos, sentimentos e ações são construídos e interpretados. Dessa forma, o fenômeno estudado é interpretado a partir da concepção dos sujeitos da pesquisa (GODOY, 1995).

No que tange à abordagem metodológica, o presente trabalho se deu nos moldes da pesquisa-ação de acordo com Thiollent (2008). Essa abordagem metodológica permite o envolvimento do pesquisador junto aos participantes que, através da condução de processos sistemáticos, ajudam-no a melhorar as suas próprias práticas e, conseqüentemente, a contribuir com o ambiente de trabalho sob observação. Portanto, o objetivo de empregar a pesquisa-ação é promover mudanças em ambientes específicos. Considerando a minha participação no grupo focal da pesquisa, pretendemos utilizar essa referência como base de estudo uma vez que Thiollent (2008) define a pesquisa-ação como:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. [...] [Em certos casos, a pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares (THIOLLENT, 2008, p.14).

Ainda segundo Thiollent, a pesquisa-ação caracteriza-se por apresentar dois objetivos – um técnico e um científico:

O objetivo técnico consiste em contribuir para o melhor equacionamento possível do problema considerado como central da pesquisa e o objetivo científico consiste em obter informações que seriam de difícil acesso por

meio de outros procedimentos, visando aumentar o conhecimento (teoria) de determinadas situações (THIOLLENT, 2008, p.20).

Desta forma, a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação, considerando-se necessária a produção de conhecimentos, a aquisição de experiência, a contribuição para a discussão e o avanço do debate acerca das questões abordadas.

Como ferramenta para uma coleta de dados inicial, foi realizada uma roda de conversa virtual com as servidoras e alunas do Campus Volta Redonda antes da aplicação do produto educacional com o intuito de ouvir as demandas e necessidades das mulheres mães a serem encaminhadas para os gestores. A roda de conversa, intitulada “Os desafios de ser mãe e profissional ou aluna no IFRJ: um bate papo sobre a realidade do campus Volta Redonda” se deu no formato remoto, veiculada pelo Google Meet, seguindo o protocolo para atividades sincrônicas de Maria Adélia da Costa (2020) e Tânia Cristian Meira Garcia (2020). Para realizar uma roda de conversa dentro dessa perspectiva, foi elaborado um plano detalhado considerando os objetivos, a estrutura e as atividades que seriam realizadas.

A escolha da roda de conversa como ferramenta de trabalho prévio à aplicação do produto educacional ocorreu após um exame cuidadoso da necessidade de conferir rigor científico à nossa pesquisa. Essa decisão foi tomada com a intenção de compreender melhor o objeto de estudo, uma vez que esse tipo de pesquisa é reconhecido como “um meio de explorar e compreender o significado atribuído por indivíduos ou grupos a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 26). As autoras Moura e Lima destacam que:

A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo. (2014, p. 100)

Para atingir o público participante da pesquisa, foram usados, como estratégia de divulgação, cartazes e e-mails para as mães servidoras e alunas do IFRJ, Campus Volta Redonda. Durante a roda de conversa foi utilizada a função de gravação do Google Meet para capturar áudio e vídeo de toda a interação. Foi solicitado o consentimento das participantes antes de iniciar a gravação e informado

sobre o propósito e o uso dos dados. Durante a roda de conversa, as participantes usaram o recurso de chat para fazer comentários e/ou compartilhar informações relevantes, também importantes para a análise dos dados.

Figura 01 - Plano detalhado da roda de conversa

### **PLANO DETALHADO**

#### **RODA DE CONVERSA "Os desafios de ser mãe e profissional ou aluna no IFRJ: um bate papo sobre a realidade do campus Volta Redonda"**

##### **Objetivo:**

Promover o acolhimento de mulheres mães a partir da discussão das políticas públicas institucionais voltadas à parentalidade e à infância dentro do Instituto Federal do Rio de Janeiro, considerando as condições de exercício das atividades acadêmicas e laborais, esta roda de conversa virtual busca levantar as necessidades das mães trabalhadoras e estudantes do IFRJ, Campus Volta Redonda, em termos de infraestrutura.

##### **Estrutura:**

Formato online com gravação do Google Meet para capturar áudio e vídeo de toda a interação ([ink meet.google.com/esa-icrj-vun](https://meet.google.com/esa-icrj-vun))

Data/horário: 01/08/2022 às 15h.

Apresentação de slides

Formulário google forms

##### **Atividades:**

Apresentação do objetivo da pesquisa numa perspectiva da EPT

Mostrar o papel da mulher mãe no mundo contemporâneo

Buscar o envolvimento das participantes através de exemplos e vivências cotidianas com a apresentação de tirinhas e vídeo durante a roda de conversa.

Apresentar as questões chaves para serem discutidas:

- 1) Quais os desafios e obstáculos para as servidoras e alunas do IFRJ Campus Volta redonda após a experiência de se tornarem mães?
- 2) Quais estratégias as mães do Campus Volta Redonda vem construindo e precisa desenvolver para que trabalhem ou estudem em condições dignas?
- 3) Quais as melhorias estruturais (físicas, humanas e políticas) podem ser implantadas para melhorar a permanência de servidoras/alunas mães dentro do campus?

Concluir com o questionário do google forms.

Fonte: a autora

Foram trazidas para a discussão demandas voltadas para a criação de condições mais favoráveis às mães servidoras do IFRJ, Campus Volta Redonda. Condições estas que também favorecessem a permanência de mães estudantes no mesmo campus. Tal investigação buscou perceber como o IFRJ Campus Volta

Redonda lida com as mulheres mães, se atenta-se ou não para as demandas, jornadas de trabalho duplas e triplas dessas mulheres, e como estas lidam com suas crianças. Foram abordadas questões institucionais e culturais que incidem sobre essas mulheres após a experiência de se tornarem mães, quais estratégias este grupo de mães tem construído e o que as vem motivando a seguir em frente. Discutiu-se o que, para as mulheres envolvidas no trabalho, é necessário encontrar em um espaço para a mãe e sua prole. Identificamos que, mais que um fraldário, é preciso construir um local de amamentação, extração e preservação do leite materno, por exemplo, dentre outros pontos importantes envolvidos.

Para além da utilização do vídeo gravado na roda de conversa, após o encontro virtual, foi enviado um questionário às participantes via Google Forms, sem identificação nominal, para compreendermos em que medida o debate impactou as mães envolvidas. Esse questionário ajudou-nos a compreender a exploração das percepções sobre o processo e no feedback específico sobre a experiência da roda de conversa. A partir disso, foi realizada uma análise cuidadosa dos dados coletados, buscando identificar os principais temas, ideias e perspectivas presentes nas falas das participantes.

A verificação dos dados foi produzida de forma qualitativa com base na Análise de Conteúdo segundo Bardin, que é entendida como um conjunto de técnicas de “análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2004, p. 41). Assim sendo, a Análise do Conteúdo na concepção de Bardin pode ser compreendida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que objetiva analisar diferentes aportes de conteúdo sejam eles verbais ou não-verbais, por meio de uma sistematização de métodos empregados numa análise de dados.

A Análise de Conteúdo, defendida por Bardin (2011), é estruturada em três fases principais. A primeira é a pré-análise, quando ocorre a preparação do material a ser analisado, como a definição dos objetivos da pesquisa, a seleção das unidades de análise e a formulação de hipóteses iniciais. A segunda fase é a exploração do

material, que envolve a categorização ou codificação das informações contidas nas mensagens. Nessa etapa, são identificadas as categorias ou unidades de análise relevantes, considerando o objetivo da pesquisa. A terceira fase é o tratamento dos resultados, inferências e interpretação, quando os dados categorizados são analisados de forma sistemática, buscando-se relacionar com as informações e realizar inferências sobre os significados e as relações presentes no conteúdo analisado.

Conforme constam nas legislações pertinentes à EPT, após a coleta, registro e análise dos dados na pesquisa realizada, o resultado final é a entrega de um produto educacional. Esse produto educacional deve ser direcionado ao contexto da educação profissional, buscando contribuir para o aprimoramento da realidade evidenciada pelo estudo. O produto educacional consiste em uma proposta de ação, que é pensada como uma possível estratégia a ser adotada para a melhoria do problema em voga. Em se tratando do presente trabalho, essa proposta de ação é elaborada com base nas descobertas e compreensão dos dados obtidos a partir da pesquisa qualitativa.

Considerando que o objetivo final desse produto educacional foi impactar, positivamente, a realidade da pesquisa, promovendo mudanças, intervenções ou melhorias no contexto da educação profissional relacionado ao fenômeno investigado, a proposta de um minicurso de formação para os gestores do campus Volta Redonda foi além da produção de conhecimento teórico, buscando efetivamente contribuir para transformações práticas e concretas dentro do ambiente institucional.

### 3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para convidar as mulheres participantes da pesquisa, enviamos um e-mail para todas as servidoras do campus Volta Redonda envolvidas e divulgamos um pôster para as alunas nas redes sociais via WhatsApp. Ao todo, foram contactadas 41 mães, sendo 14 docentes e 15 técnicas administrativas, e aproximadamente 12 discentes matriculadas nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Volta Redonda. Tivemos a participação de 12 mães na roda de

conversa, e 9 questionários respondidos pelas participantes. A este respeito, mais detalhes serão fornecidos adiante.

### 3.3 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA

#### 3.3.1 Instrumentos de coleta

Os instrumentos de coleta desempenham um papel fundamental na pesquisa, permitindo ao pesquisador obter acesso às participantes da pesquisa e alcançar os objetivos propostos no trabalho. Para esta pesquisa qualitativa, os principais instrumentos de coleta foram a roda de conversa e o questionário via Google Forms.

A roda de conversa nos permitiu obter uma coleta de dados que envolveu a participação de um grupo de mães em uma discussão informal e moderada. Nesse formato, as participantes tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências, perspectivas e opiniões sobre a maternidade dentro do ambiente laboral e acadêmico e permitiu uma interação dinâmica entre elas, possibilitando o surgimento de novas ideias e aprofundamento dos assuntos abordados.

Já o questionário foi uma ferramenta estruturada em uma série de 14 perguntas padronizadas, apresentadas por escrito, via Google Forms. O questionário permitiu coletar informações específicas dos participantes de maneira sistemática, facilitando a compilação e a análise dos dados. Tal questionário se encontra no Apêndice B.

No presente estudo, a roda de conversa e o questionário foram selecionados como os instrumentos de coleta adequados para atingir os objetivos da pesquisa, proporcionando uma compreensão aprofundada das experiências e perspectivas dos participantes através dos dados de análise obtidos.

Para identificar as participantes da pesquisa, de forma a garantir o sigilo das identidades, utilizamos a sigla MMP (iniciais das palavras “mulher”, “mãe” e “participante”), seguido de um ordenamento sequencial numérico (1,2,3...).

### 3.3.2 Da Análise dos Dados

Para a análise dos dados oriundos da Roda de Conversa utilizamos como referência Bardin (2011), que estabelece a Análise de Conteúdo como:

Um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção/produção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011 p. 47).

Os dados provenientes da Roda de Conversa foram analisados a partir da transcrição completa das discussões, buscando identificar e agrupar categorias temáticas que emergiram a partir dessas informações. Foi utilizada a ferramenta comentário do menu referência do editor de textos Microsoft Word para organizar os dados e suas categorias. Como forma de organizar os resultados obtidos no processo de análise dos dados e melhor estruturar as falas das participantes, foram adotados os seguintes procedimentos:

- Transcrição das falas da roda de conversa;
- Leitura para a identificação dos temas que surgiam nas falas;
- Seleção dos trechos com conteúdos relacionados aos temas pré-estabelecidos e emergentes;
- Agrupamento e classificação de trechos selecionados em função de conteúdos de um eixo temático específico;
- Análise dos sentidos que emergiram ao longo das etapas aqui apresentadas e elaboração da redação final.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, sob o número de parecer: 5.397.410, em que foi obtido o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 57914722.9.0000.5268. Todas as participantes foram esclarecidas acerca dos objetivos da pesquisa e de que a

contribuição era voluntária e, portanto, não eram, de forma alguma, obrigadas a fornecer quaisquer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Elas também foram esclarecidas sobre a possibilidade de desistência de participação a qualquer momento, sem nenhum prejuízo, ou modificação na forma de tratamento pela pesquisadora. Assim, para cada pessoa que aceitou participar do estudo, foi entregue o termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo a descrição do estudo, seus objetivos, possíveis riscos e contribuições e foi solicitada a ciência individual de cada uma delas no referido documento. Os gestores do campus, partícipes do produto educacional, seguiram o mesmo protocolo.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Trabalhar com temas como gênero, feminismo, patriarcado e divisão sexual do trabalho implica integrar a vida prática com a reflexão teórica e política. Uma pesquisa acadêmica não pode se manter distante dos envolvidos; ao contrário, deve incentivá-los a iniciar novos percursos.

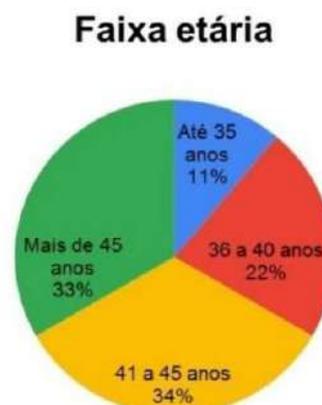
Para NARVAZ (2006, p. 648), as feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Nesta perspectiva, consideramos fundamental a importância de dar espaço à escuta das trajetórias das mulheres mães, frequentemente histórias relegadas ao silêncio. Compreendo que as experiências de vida de cada mulher constituem um terreno fértil para análises mais aprofundadas dos conceitos politicamente embasados presentes nos estudos da maternidade.

Ao investigar os aspectos que buscam relacionar a contribuição das mulheres e abordar a maternidade em uma instituição de educação profissional, consideramos relevante destacar os dados que caracterizam a amostra trabalhada. Nesse sentido, apresentaremos, nas próximas seções, os dados referentes às mulheres participantes da roda de conversa e do questionário, bem como a análise de suas falas, agrupadas em categorias.

### 4.1 - PERFIL DAS MULHERES E A ORGANIZAÇÃO DA RODA DE CONVERSA

Com base no questionário presente no Apêndice B, obtivemos os seguintes dados:

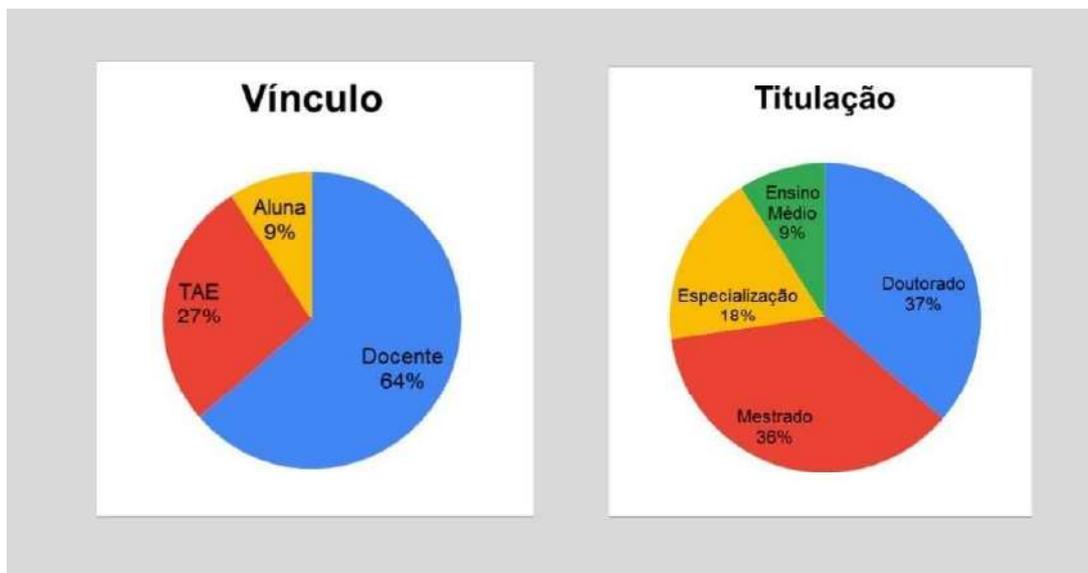
Figura 02 - Gráfico de faixa etária das participantes da pesquisa



Fonte: a autora

No que se refere ao quesito idade, entre as 09 (nove) participantes que responderam ao questionário, a idade variou de 34 a 50 anos.

Figura 03 - Gráficos de Vínculo, Titulação e Faixa Etária das participantes da pesquisa.



Fonte: a autora

No que se refere ao grau de instrução, 4 (quatro) possuem doutorado; 3 (três), mestrado; 1 (uma) especialização; e 1 (uma), ensino médio técnico; sendo 8 (oito) servidoras do campus e 1 (uma) discente do curso de licenciatura.

Figura 04 - Gráficos da quantidade e idade dos filhos das participantes.



Fonte: a autora

Percebemos que as mães com um ou dois filhos, possuem, em sua maioria,

crianças menores de cinco anos ou maiores de dez anos. De acordo com as categorias do censo IBGE para raça ou cor, cinco mães se consideram brancas e quatro, pardas.

Contando com a participação de 12 mães, a roda de conversa foi estruturada da seguinte forma:

- 1- apresentação da pesquisadora;
- 2- apresentação dos objetivos da pesquisa;
- 3- apresentação dos slides com questões a serem debatidas.

Após essa breve descrição do público participante, vieram as contribuições das participantes.

#### 4.2 DESAFIOS DA MATERNIDADE E ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO

Iniciamos a roda de conversa explorando os desafios e obstáculos que as servidoras e alunas do IFRJ Campus Volta Redonda enfrentam ao se tornarem mães. Neste momento, elas tiveram a oportunidade de refletir e compartilhar as experiências vivenciadas dentro e fora do campus. Além de promover uma conexão e empatia entre as participantes, por meio das histórias narradas, surgiu uma identificação com os diversos desafios que a maioria vivencia. A mudança na rotina e a dificuldade de aceitar que não é possível continuar “dando conta de tudo” após o nascimento do bebê trouxe para a discussão aspectos importantes que merecem destaque e, para tal, seguem falas de duas participantes, que terão seus nomes preservados e identificadas por códigos já esclarecidos no item 3.3.1:

Para mim foi um choque. Foi um choque porque eu sempre fui acostumada a fazer tudo, a pagar contas, ir ao mercado e à farmácia, fazer tudo... e quando eu me vi com um bebezinho no colo, que estava dormindo, estava chovendo e eu não conseguiria ir ao mercado fazer tudo, eu fiquei desesperada. Para mim foi uma prisão sem muros. [...] Depois eu fui me acostumando e me adaptando aqui, me adaptando ali. (MMP1)

Os horários e as cargas horárias que desconsideram todo o trabalho dos cuidados que são delegados a nós, mulheres. Muitas vezes ter que estar

no campus 3 turnos num mesmo dia, ou mesmo em dias alternados, nos impõe estratégias que, em sua maioria, afetam negativamente a vida das crianças”. (MMP2)

A reflexão sobre uma série de tarefas que são fundamentais para a manutenção da vida cotidiana e, conseqüentemente, do bem-estar da sociedade, está presente nestas duas falas e chamam atenção para o trabalho do cuidado, frequentemente desvalorizado. Torna-se difícil equilibrar as responsabilidades do cuidado sem que haja impactos na carreira, saúde mental e até mesmo na qualidade de vida de MMP2.

Conforme abordado por Tourinho (2006), em virtude do papel ideal estabelecido pela sociedade, as mulheres são obrigadas a assumir a responsabilidade pela criação dos filhos, e incorporar um perfil materno. Essa imposição pode resultar em sentimento de culpa, caso não consigam atender plenamente a esse papel. Diante deste impasse, priorizam o bem-estar de seus filhos, mesmo que isso signifique abdicar de desejos e vontades. Quem nunca ouviu ou talvez até tenha expressado a conhecida frase: “Ser mãe é sofrer no paraíso”? Esse conceito vai sendo socialmente forjado nas mulheres, sugerindo que a maternidade seja uma experiência dolorosa que, no entanto, traz satisfação: uma dor que se transforma em recompensa. Tourinho (2006) aponta que, na tradição patriarcal, espera-se que a essência feminina carregue um tipo de amor ímpar, que se diferencia de qualquer outro.

Para Badinter, além de fornecer um apoio insuficiente às mulheres que são mães, a sociedade dita a forma como essas mulheres devem cumprir seu papel materno. Não basta apenas que a mulher cumpra seu papel de progenitora. Espera-se que ela o faça de acordo com as ideais e normas pré-estabelecidas, muitas vezes, chegando a abrir mão de seus projetos e sonhos em nome do “mito do amor materno” (BADINTER, 1985). Para a autora nós estamos, há anos, enraizados nessa ideologia maternalista. Afirmando assim, que:

Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres, é adicional. (BADINTER, 1985, p. 367).

Ainda segundo a autora:

Foram necessários nada menos de três discursos diferentes para que as mulheres voltassem a conhecer as doçuras do amor materno e para que seus filhos tivessem maiores possibilidades de sobrevivência: um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres. (BADINTER, 1985, p. 149).

No seu discurso econômico, Badinter afirma que uma criança passou a ter valor no mercado devido ao reconhecimento de seu potencial produtivo, transformando a infância em uma fonte de grande riqueza econômica. No âmbito filosófico, a criança passou a ter uma importância elevada na estrutura social, sendo destacada como um bem de imenso valor tanto para a sociedade quanto para a família. Já no discurso social, a mulher se tornou o pilar central da família, responsável pelos cuidados e educação dos filhos, passando a ser vista como responsável pela nação, uma vez que a sociedade dependia delas.

Cada vez mais, evidenciamos a perpetuação do mito do amor materno causando culpa nas mães que, mesmo sobrecarregadas, assumem a responsabilidade integral pelos cuidados, também em virtude da pressão da sociedade, que continua atribuindo à mulher a principal responsabilidade pela criação dos filhos. Isso ficou evidente quando a participante MMP3 demonstrou em sua fala a preocupação com muitas alunas que engravidam, abandonam o curso e voltam para terminá-lo depois que os filhos estão criados, isso quando retomam os estudos. A participante comenta:

Eu trabalhei numa instituição na qual foi dito para uma estudante ao engravidar - olha, vai lá, tenha a sua bebê, fica um pouquinho com ela e depois você volta para estudar. Isso foi sugerido para ela e eu espero né, que isso a gente não faça, que isso não aconteça no nosso ambiente de trabalho (MMP3).

Este relato reafirma que, ao longo do tempo, observamos um processo de isolamento das mães em função da responsabilidade pela criação dos filhos. Esse fenômeno está presente desde o início do capitalismo no século XV. Nesse período, as atividades de trabalho coletivo passaram a ser desencorajadas para as mulheres. Uma nova ordem cultural e política que estava surgindo destinava às mulheres o papel de reprodução, colocando-as no contexto doméstico, centrado na propriedade privada. Elas foram perseguidas política e religiosamente e designadas ao contexto do lar, afastadas da coletividade, com o papel de reproduzir força de trabalho, ou

seja, gestar, parir e cuidar de suas crianças que mais tarde se tornariam novos trabalhadores (FEDERICI, 2019).

Desse modo, uma ampla narrativa da divisão sexual do trabalho no capitalismo foi sendo gradualmente incorporada à cultura através de expressões que permeiam nosso cotidiano como “quem pariu o seu que embale”, “Amor, só de mãe”, “Mãe só tem uma”, “comida de mãe”, “coração de mãe”, entre outras. Estas frases raramente são questionadas nas dinâmicas familiares, naturalizando a ideia do “instinto materno” ou de uma “natureza feminina”. De acordo com SAFFIOTI (1978), a criação dos filhos não deveria ser uma obrigação exclusivamente feminina, mas um trabalho coletivo, com todos da família e o amparo integral do Estado. Porém, na nossa sociedade neoliberal e baseada no individualismo enquanto princípio filosófico da modernidade, o que vemos são mães cada vez mais sobrecarregadas e desamparadas.

Na contramão deste discurso, é de suma importância que abordagens pedagógicas garantam a permanência de mulheres mães em ambientes acadêmicos e que a escola desempenhe um papel fundamental na preparação dos indivíduos não só para o mundo do trabalho, mas para a vida. Quando tratamos da Rede Federal de Ensino, mais especificamente da EPT, esse papel de formação integral do sujeito se torna prioritário desde seus documentos base e princípios norteadores. A exclusão de meninas e mulheres mães dos bancos escolares, para além de uma questão de direitos humanos, vai de encontro ao princípio da equidade da educação e do rompimento com a perversa dualidade estrutural da educação brasileira.

As leis que garantiriam a permanência e a conclusão das alunas mães são incipientes. No Brasil, a Lei 6.202/1975 garante à aluna grávida, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, que seja assistida pelo regime de exercícios domiciliares. O Regulamento de Atividades Pedagógicas Domiciliares do IFRJ, anexado à Resolução do ConSup (Conselho Superior) do IFRJ nº 37, de 11 de dezembro de 2018, estipula que estudantes grávidas têm a opção de requerer um regime especial de Atividades Pedagógicas Domiciliares (APDs) a partir do início do 8º mês de gestação até o final do 4º mês após o parto. Esse regime visa a compensar a ausência nas aulas, com um período mínimo de 15 dias e um máximo de 180 dias. O documento também menciona que, em casos excepcionais, o

período de afastamento pode ser estendido antes e/ou depois do parto.

A discente gestante deverá requerer assistência pelo regime de exercícios domiciliares a partir do 8º mês de gestação e durante os 4 (quatro) meses posteriores ao parto, como compensação à ausência às aulas.

§ 1º. Em casos excepcionais, devidamente comprovados por atestado médico, o tempo de afastamento poderá ser aumentado antes e depois do parto.

§ 2º. Independentemente do período da gestação, o(a) discente ou seu responsável legal, deve requerer o afastamento das atividades que impliquem exposição a riscos, cabendo aos especialistas em saúde e segurança da Instituição emitir parecer sobre as situações que conferem riscos à gestação. (Resolução nº37 de 11 de dezembro de 2018).

A Lei 6503/77 trata da prática da educação física, sendo facultativa para a “aluna que tenha prole”. Em 1988, houve uma revisão nessa lei (Lei 7692/88), mas a situação permaneceu inalterada. Surpreendentemente, há 35 anos não houve mudanças legislativas relativas ao acesso, à permanência e ao sucesso dessas estudantes, apesar dos avanços e conhecimentos científicos em relação à maternidade. Isso inclui a recomendação da Organização Mundial da Saúde, apoiada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, para o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade do bebê e como fonte principal de nutrientes até os dois anos.

Algumas instituições possuem um Regime Acadêmico Especial para atender estudantes que se encontram em situações particulares, mas, infelizmente, a maternidade é uma questão negligenciada nesses regimes, limitando-se ao período de gestação e/ou puerpério.

Para todas as participantes da roda de conversa, a criação de um ambiente adequado, seguro e acolhedor, ou até mesmo pessoas preparadas para amparar servidoras e discentes mães amenizaria algumas dificuldades enfrentadas por elas dentro do campus. A situação se agrava quando servidoras relatam experiências tristes e difíceis de superar. Diz MMP4: “Talvez se tivesse um local adequado de acolhimento ou um grupo preparado para situações assim, diminuiria o sofrimento de ter que sair de um banheiro após passarmos por um aborto espontâneo no campus”. Quando falamos em pessoas preparadas, estamos direcionando nossas perspectivas para profissionais conhecedores do tema aqui pesquisado. O NUGEDS

pode ser um caminho para contribuir na construção de um ambiente de trabalho e de estudos acolhedor e que qualifique e sensibilize a comunidade acadêmica para as realidades e necessidades das servidoras e alunas mães, uma vez que as questões de gênero e suas interseccionalidades estão presentes no âmbito de suas pautas.

Contudo, é necessário ir além, especialmente pelo fato de os núcleos ainda estarem buscando seus espaços institucionais e lutando por legitimidade e organicidade. A intenção é criar um ambiente de trabalho e aprendizado que demonstre respeito e apreço pela vivência das mulheres que são mães, considerando os desafios que enfrentam, e forneça suporte para o seu progresso acadêmico e profissional, ancorado no princípio da omnilateralidade da EPT.

Além disso, outro fator abordado na roda de conversa foi a falta de rede de apoio de algumas participantes, que não têm com quem deixar os filhos quando a creche não atende a faixa etária e/ou não tem expediente no horário que as servidoras estão no campus. Estudos como Benassule, Cavalcante e Lamy-Filho (2020) mostram que o nascimento de uma criança pode ter momentos de alegria. No entanto, também representa um evento de profundas transformações, especialmente na vida da mulher, que experimenta alterações abruptas tanto em seu corpo quanto em seu contexto social. De acordo com os autores, tais mudanças podem gerar diversos sentimentos, incluindo aqueles que eles categorizam como fatores estressantes.

Esses fatores estressantes surgem na intersecção entre a experiência da maternidade e questões como emprego e estudos, podendo contribuir para o adoecimento e acarretar diversos prejuízos ao bem-estar físico, emocional e social das mães (BANASSULE *et alii*, 2020). Assim, a partir da fala das participantes da pesquisa, proporcionar um ambiente seguro para a criança, seja no seu local de trabalho/estudos e/ou em creches públicas que, de fato, atendam às demandas maternas, representa uma diminuição desses "fatores estressantes", que tendem a minar a saúde mental das mulheres que são mães.

Outro detalhe apontado na roda de conversa, e que muito dialoga com fatores estressantes, é a falta de flexibilização no tempo de conclusão dos cursos de pós-graduação *Stricto sensu*. Conviver diariamente com a possibilidade de não

terminar o doutorado devido à gravidez e/ou ao puerpério desencadeou situações desafiadoras em uma das participantes.

A participante MMP5 conta que as suas orientadoras na época, que também eram mães, aconselharam-na a terminar a tese antes do nascimento do bebê, pois depois, seria impossível, fazendo-a se sentir incapaz de cumprir aquela missão. Na busca por informações de prazos de prorrogação, ela percebeu que não havia, nos regulamentos de pós-graduação, nenhuma menção a gestantes:

Vivi [...] uma gravidez não planejada, enquanto terminava o doutorado, no último ano do doutorado. Então, numa outra esfera da universidade, eu vivi também este momento e não tive nenhum acolhimento, as minhas orientadoras que eram mães também me disseram na época: "Olha, vai ser muito difícil". Termina essa tese antes que seu bebê nasça, porque depois que seu bebê nascer, não vai dar pra você fazer nada. Então eu já me senti incapaz, grávida, de finalizar aquela missão. Já foi dada uma missão impossível pra mim, né? E fui começar a ver, como é que eu, vendo a barriga crescer, tendo que lidar com mil demandas de preparação etc., eu já comecei a ver a possibilidade de não conseguir terminar no prazo e fui ver os regulamentos da pós. Fui ver quais eram os casos em que a gente pudesse pedir prorrogação e não tinha. Não tem essa palavra nos regulamentos. Então este foi um outro choque que eu também senti, que eu também vivi e eu tive que pedir duas prorrogações de prazo como se eu fosse uma aluna como qualquer outra que não tivesse tido filho ou um aluno que não tivesse sido pai, sabe. Então isso pra mim foi muito difícil dentro deste contexto universitário (MMP5).

Nesse sentido, pensar políticas públicas que favoreçam a diminuição desses fatores contribuiria para que essas mulheres pudessem se dedicar às suas atividades acadêmicas, permitindo que elas desejassem estar no seu ambiente laboral e acadêmico. Amparar a maternidade através de políticas públicas é compreender que:

A maternidade não pode, pois, ser encarada como uma carga exclusiva das mulheres. Estando a sociedade interessada no nascimento e socialização de novas gerações como uma condição de sua própria sobrevivência, é ela que deve pagar pelo menos parte do preço da maternidade, ou seja, encontrar soluções satisfatórias para os problemas de natureza profissional que a maternidade cria para as mulheres (SAFFIOTI, 2013, p. 86).

No Brasil não existe uma legislação que permita ou proíba, de maneira explícita, que mães, pais e responsáveis levem crianças nas instituições de ensino. Entretanto, a Portaria nº 89/2017 do Ministério da Educação (MEC) estabelece o direito de mães lactantes e pais de crianças em fase de amamentação alimentarem seus filhos em locais de acesso público ou de uso coletivo dentro das instituições do sistema federal de ensino. Isso significa que as mães têm o direito de estar

presentes nas instituições de ensino federal com seus filhos em fase de lactação. Ressaltamos que essa portaria se aplica exclusivamente às instituições de ensino federal, garantindo este direito independente da disponibilidade de locais próprios para amamentação.

Atrelada a essa portaria, temos também a perspectiva dos espaços adequados para o acolhimento das mães nos ambientes acadêmicos. Atualmente, não contamos com um espaço apropriado para a amamentação e este foi um ponto muito argumentado pelas participantes desta pesquisa durante a roda de conversa. Compreendemos que isso implica diretamente na dinâmica organizacional das servidoras e alunas mães do IFRJ, Campus Volta Redonda.

As instituições de ensino são espaços considerados coletivos dentro de uma determinada estrutura urbana, porém, não são criados para determinadas/os sujeitas/os sociais. Esse problema se torna evidente quando se pensa sobre a noção de “direito à cidade”, conceito que se refere à “intensificação das manifestações urbanas, nas quais a cidade se transforma em um universo de lutas por direitos civis, econômicos, sociais, ambientais etc.” (DIAS & FERREIRA, 2015). No caso aqui exposto, essa ideia pode ser adaptada ao direito a permanecer numa instituição de ensino.

Considerando a divisão dos espaços baseada no gênero, essa exclusão se estende para vários ambientes dentro do campus, para além da sala de aula. Vivenciamos várias situações com crianças nas atividades em auditórios, nos eventos científicos, nas salas administrativas e nos banheiros, diversos espaços sem fraldário. A decisão de levar uma criança para o ambiente laboral ou acadêmico, seja como um direito institucional ou como uma escolha relativa à divisão de responsabilidades parentais, representa a pluralidade de perspectivas que ultrapassam as necessidades individuais de cada mulher.

E uma dessas necessidades foi apontada pela participante MMP1, segundo a qual o maior desafio está em não ter rede de apoio para filhos maiores, pois não existem creches para crianças na faixa etária de 10 anos. A solução encontrada é levá-las para as atividades que a mãe desenvolve dentro do campus, seja sala de aula, seja orientação, ou atividades em laboratórios.

Refletindo sobre as demandas acerca dos cuidados para com suas proles, em se tratando da divisão de espaços, sabemos que, atualmente, o IFRJ Campus Volta Redonda não possui uma estrutura adequada para o acolhimento de mães

servidoras ou estudantes. Diversas observações foram apontadas pelas participantes da pesquisa ao se buscar melhorias estruturais (físicas, humanas e políticas) que deveriam ser implantadas para servidoras e alunas que são mães. Daí, emerge a fala de algumas participantes sobre o que falta no referido campus:

acredito que uma sala com um ambiente voltado para mães amamentarem, trocarem seus filhos pequenos, munido de fraldário, cadeiras confortáveis para amamentação, geladeira para armazenar o leite, colchão para os bebês e crianças maiores dormirem, brinquedoteca, banheiro onde os pais pudessem fazer uso com seus filhos (as), e uma pessoa para acompanhar essas crianças enquanto seus pais estudam ou trabalham (MMP6).

Antes de qualquer coisa, um ambiente mais limpo. As quadras, as carteiras, mesas e bancos (especialmente das áreas de convivência) estão sempre muito sujos, impedindo o seu uso adequado. Dito isso, em ordem: espaço família, com banheiro, trocador de fraldas, poltrona para amamentação e ordenha, micro-ondas, geladeira com freezer, torneira com água quente; sala com espaço lúdico e cuidadoras/es para as crianças que precisam frequentar o campus no horário de trabalho/estudo de suas mães (MPP4).

Local adequado para extração de leite, local para amamentação e um espaço para que a criança fique no caso de precisar trazê-la ao campus (MMP9).

No que diz respeito à estrutura física, o projeto arquitetônico e a disposição dos ambientes devem estar projetados e alinhados com a missão, objetivos e finalidades da instituição de ensino. Isso é necessário para criar um ambiente propício à aprendizagem, possibilitando êxito no processo de aquisição de conhecimento e no bem-estar dos alunos e servidores.

Em se tratando da RFEPCT, sabemos que suas instituições têm como objetivo principal promover o desenvolvimento integral do ser humano. Planejadas para atuar em todos os níveis e modalidades da educação, as unidades da Rede se constituem em instituições pluricurriculares de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008). Dessa forma, a complexidade na criação de cada campus demanda uma flexibilização na organização dos diversos espaços destinados às atividades administrativas e aos trabalhos acadêmicos, seja ele individual ou em grupo. Para atender à natureza multifacetada e aos propósitos dos Institutos Federais, o ambiente físico construído merece a atenção dos gestores. Segundo Santos, ao apresentar um Guia de Planejamento de Campus para os IF's:

Os prédios de instituições educacionais, diferentemente de edificações que visam outras finalidades, apresentam especificidades que precisam ser observadas nas etapas de planejamento, construção ou reforma, avaliação

pós-construção e avaliação pós-ocupação. Entre tais especificidades das instituições educacionais, destacam-se as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem e para a formação sociocultural e profissional das pessoas, bem como a de favorecer o desenvolvimento da identidade de cada ser humano. (SANTOS, 2021, p. 13)

O autor também destaca que:

Para verificação das condições físicas adequadas à ocupação humana, assim como as sondagens das condições necessárias para o cumprimento das finalidades de natureza educacional das instituições da RFEPCT, torna-se primordial o envolvimento integrado de representantes dos diferentes segmentos de usuários dos edifícios e ambientes físicos, nas etapas de planejamento, construção e avaliação pós-ocupação dos campi. (SANTOS, 2021, p. 14)

Conforme já apresentado, o Coletivo 'Mães: Criaturas Invisíveis' vem tentando pleitear ações que garantam a visibilidade da categoria mães dentro do IFRJ. Desde então, a partir de uma verba parlamentar, foi possível a instalação de fraldários nos banheiros de alguns campi; promover um melhor acolhimento às mães e outros cuidadores, traz visibilidade aos debates que o grupo desenvolve. Porém, nem todos os campi foram contemplados. No Campus Volta Redonda, o trocador foi instalado em um banheiro feminino, das servidoras. Quando não temos espaços próprios para atender a todos que frequentam o campus, ouvimos depoimentos como este, de uma participante da nossa pesquisa:

temos um aluno que tem uma filha de 5 anos e ele estava com ela aqui. E ela queria ir ao banheiro e não tinha como. Ela não podia entrar no banheiro masculino e ele não podia entrar no banheiro feminino e aí ele pediu para eu levá-la no banheiro. Olha que situação do pai. Foi um prazer ajudar, mas se a menininha não quisesse ir comigo? (MMP1).

Considerando as necessidades apresentadas pelas participantes da primeira fase de coleta de dados da pesquisa, percebemos que a construção de um ambiente propício à vivência da maternidade e parentalidade em geral contendo todos os itens citados contemplaria (mesmo que inicialmente) as necessidades da comunidade local, promovendo, conseqüentemente, uma sensação de pertencimento e sororidade entre as usuárias será fortalecida, aumentando o comprometimento institucional e uma atenção maior para com as atividades acadêmicas e laborais. Dessa forma, atenderemos um dos princípios da EPT, que é compreender que homens e mulheres são seres inseridos no contexto histórico-social e agem no mundo real para suprir suas necessidades tanto subjetivas quanto sociais (RAMOS, 2005).

### 4.3. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGIAS MATERNAIS

Referindo-se a políticas institucionais, percebemos, nas falas das servidoras mães, que não existia, até 2022, uma regulamentação com prazos definidos para abertura de processos de contratação de professores substitutos para as docentes em período de licença maternidade. Segundo MMP5:

nas minhas duas gestações dentro do campus eu tive licença maternidade e o substituto só chegou, praticamente, o meu primeiro substituto, no início da minha segunda licença maternidade. Uma coisa bem estranha e são fluxos que eu acho que o IFRJ tem que deixar bem definidos pra poder evitar estes transtornos causados dentro da equipe que fica sobrecarregada para dar conta e acaba deixando algumas turmas sem aulas... São coisas que já podem ser planejadas... Já que gestação é uma coisa que tem uma previsão.

Recentemente foi publicada a IN PRODIN/IFRJ Nº 13, de 4 de abril de 2023, que regulamenta os procedimentos, critérios, prazos e fluxos para a contratação de professores(as) substitutos(as) no âmbito do IFRJ. Dessa forma, temos:

Art. 3º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de professor(a) substituto(a). §2º O processo para contratação de professor(a) substituto(a) referente à licença prevista no art. 207, da Lei nº 8.112/90 (licença à gestante) deverá ser aberto imediatamente após a constatação da gestação, a fim de evitar prejuízos à continuidade da prestação do serviço.

Diante das crescentes necessidades apresentadas por esse público, é fundamental dirigir nossa atenção a todas as oportunidades de envolvimento da mulher dentro de uma instituição de ensino. Devido ao caráter público dessa instituição, a seleção ocorre mediante editais, tanto para vagas de servidoras quanto para alunas. No entanto, comumente, esses editais não contemplam situações relacionadas a gestantes ou puérperas.

Uma experiência compartilhada durante a roda de conversa exemplifica essa realidade. A participante MMP7 mencionou ter passado por um processo de seleção para um cargo docente, cujo resultado da primeira fase foi anunciado no dia do nascimento de seu filho. A prova prática aconteceu apenas quatro dias após o parto. Dado que não havia prerrogativa para o adiamento dessa etapa, diante dessa situação, ela teve que comunicar à banca examinadora, composta exclusivamente por homens, sobre as dificuldades que enfrentava naquele momento, incluindo a

exaustão de estar de pé ministrando uma aula e com pontos de uma cirurgia. Nesse contexto, é fácil perceber que os transtornos não apenas físicos, mas também emocionais.

Eu queria contar pra vocês.... Foi uma experiência anterior ao IFRJ, mas que foi sobre o concurso público que eu fiz, gente. E que foi também de instituição federal, que na época era o CEFET Campos, que eu morava lá. Fazia doutorado lá, e foi uma situação dessa. E na primeira etapa, final de gravidez, a primeira prova. A primeira etapa da prova escrita para docente que nós fazemos para... sabe aquela etapa pra docente que a é a prova escrita e depois a prova didática? Primeira etapa eu fiz, faltando poucos dias para o nascimento do [...] [meu filho], que já tem 16 anos. [...] Eu passei pra segunda etapa que foi a prova de didática. Eu fiz poucos dias depois da cesariana. Se eu não tivesse passado por isso, eu nunca pensaria na situação de uma mãe que acabou de ter um filho [...]. Então ele nasceu no dia 1 de junho. [...] Aí, ele [meu marido] olhou e falou assim: 'Você passou pra segunda etapa da prova. É terça-feira a prova didática e o sorteio de tema'. [...] Aí na terça-feira eu tava lá. A sorte é que tinha uma rampa no prédio. Porque eu não tive nem tempo de pensar que eu tinha direito de procurar alguém da coordenação do concurso para pedir pra ser numa sala embaixo, pra eu não precisar subir escada, porque eu tinha feito uma cirurgia. E também pra mim passar na frente, e ter direito de escolher o horário da prova, porque eu estava amamentando um bebê de quatro dias. A questão de levar a criança junto é difícil, né? [...] Eu acabei decidindo tirar o leite e deixar em casa. Eu não levei junto. Eu não conseguiria ir fazer a prova porque era tudo muito novo pra mim. Talvez se eu já tivesse amamentando, fazendo isso há mais tempo, eu conseguiria. E aí, como tinha hora marcada, eu confiei que eles não iam atrasar e não atrasaram. Ainda bem que a banca foi certa. Eu deixei leite. Eu fui e voltei. Era uma necessidade. Aí, eu fiz a segunda etapa de prova didática e depois de quatro dias de uma cesariana. Eu não conseguia nem ficar em pé direito ainda. [...] Aí eu tive que contar pra banca, que só era formada por homens, que eu tinha acabado de passar por uma Cesárea, e que por isso que eu estava daquele jeito. Não estava conseguindo dar aquela melhor aula. Tive que me justificar, mas eu não estava pedindo ponto para aumentar a minha nota. Mas foi uma situação bem desagradável não ter um caminho para falar, pra contar isso. E até pra pedir pra fazer a prova depois de uma semana, um mês. Os editais não preveem isso.

Fica evidente a ausência de políticas que amparem a mulher nesta situação, algo que contradiz a concepção dos institutos federais, ao propor uma educação voltada para a cidadania e omnilateralidade; uma organização educacional que se estabelece como uma instituição comprometida com atender as diversas dimensões do ser humano. Isso abrange, por conseguinte, a visão da mulher como um ser multifacetado, com direitos que englobam a maternidade, o acesso à formação intelectual e a igualdade de gênero no ambiente profissional (RAMOS, 2008).

Em relação às estratégias que essas mães vêm construindo e desenvolvendo para que possam usufruir de condições dignas de trabalho e ou estudo, verificamos que, além de levar as crias para o ambiente laboral, precisam contar com o apoio de

seus pares na organização dos horários a cada semestre. Segundo MMP4,

a gente enquanto professora, a gente como estratégia, vai tentando é organizar o horário junto com a equipe, né? Um jeito aí que a gente consiga de não ficar os 3 turnos no campus, e de ir melhorando. Mas tudo isso a gente sempre contando com essa boa vontade, de uma ajudando a outra. Geralmente as mulheres se compreendem nesse sentido, principalmente as mulheres que são mães... Em Pinheiral, mães de crianças até 2 anos não pegam os primeiros e os últimos horários de aula para poder [ter], pelo menos um pouquinho mais de tranquilidade. De não chegar no campus com bebê pequeno em casa às 7 horas da manhã (MMP4).

Nesse sentido, é importante buscar ações afirmativas e políticas públicas que apoiem adequadamente essas mães, aprimorando o ambiente de estudo e trabalho como, por exemplo, participação nos critérios de elaboração dos horários, salas de amamentação e espaços adaptados para alimentação e cuidados com os bebês. Além disso, é essencial a contribuição dos gestores na adoção de práticas mais inclusivas e igualitárias, de modo a construir um ambiente de trabalho e estudo que respeite e valorize a experiência das mulheres que são mães.

#### 4.4. MÃES NA PANDEMIA DO COVID-19

Embora não tenha aparecido na discussão em grupo, um dos tópicos que abordamos no questionário do Google Forms estava relacionado à percepção dos obstáculos e desafios que mulheres/mães enfrentaram durante a pandemia de Covid-19. Perguntamos sobre os impactos na vida das participantes em relação ao trabalho/estudo remoto e à maternidade, considerando as medidas de distanciamento social. Justificamos aqui a inclusão desta pergunta por perceber que, durante esse período, foram as mães as responsáveis pela gestão da rotina familiar, resultantes da estrutura sociedade patriarcal.

De maneira geral, as mulheres enfrentaram uma carga excessiva de responsabilidades. Devido às medidas de isolamento e distanciamento social, as obrigações domésticas, as atividades profissionais e o desenvolvimento pessoal e profissional se aglomeraram em um único espaço. No contexto das mulheres que também são mães, elas tiveram que se adaptar com a sistematização do ensino remoto.

Em alguns depoimentos, percebemos que o processo de permanência no lar

descortinou traços da divisão sexual do trabalho, reprodução social e a expressiva exploração do contingente feminino. Escancararam-se desafios diversos, inclusive, das mulheres/mães.

O caos foi instaurado quando o trabalho invadiu o espaço doméstico. Ter que realizar todas as tarefas num mesmo ambiente foi extenuante, ainda mais sem a flexibilização de carga horária e horários, no caso das professoras mães (MMP 4).

Segundo uma outra mãe,

Os ambientes se misturaram e não existia um limite entre as atividades de casa, trabalho e maternidade. Foi difícil adaptar um ambiente tranquilo para trabalhar (MMP1).

Em complementação, ocorreu um...

Acúmulo de tarefas e falta de prazos diferenciados para mães (MMP8).

Na prática, a pandemia transformou os lares em novos espaços de trabalho e estudo, acarretando um acúmulo de funções para as mulheres. Isso resultou em uma sobrecarga de responsabilidades, ampliou a exploração da classe trabalhadora, especialmente das mulheres, e teve efeitos limitantes sobre estudos, pesquisas e publicações científicas (ANTÔNIO; AYUB; TEREBELI, 2021).

De acordo com Federici (2020), as responsabilidades de cuidar do lar e dos filhos são comumente associadas ao gênero feminino. Quando existe a possibilidade financeira, essas tarefas são delegadas a outras mulheres, como diaristas ou babás, destacando a teoria da reprodução social.

Reprodução social é um conceito que abrange diversas realidades, mas pode ser entendido como o cuidado, educação e acompanhamento (FEDERICI, 2020). Durante a pandemia, aqueles que executam as funções de cuidar, ensinar e acompanhar tenderam a enfrentar maiores desafios devido à acumulação de tarefas e à subsequente sobrecarga. É claro que a sociedade patriarcal designou às mulheres uma série de papéis, incluindo o trabalho reprodutivo, essencial para a continuação da vida humana e social. Porém, para além disso, existem as pressões impostas pela reprodução social.

Nesse contexto, o trabalho e/ou estudo em regime de home office acentuou ainda mais a precariedade da função de servidora/aluna, originando uma série de

desafios, como a dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de as mães separarem o âmbito profissional das tarefas domésticas; a responsabilidade de cuidar dos filhos; o prolongamento das horas de trabalho, agravado pelo fato de já assumirem jornadas duplas ou até triplas. Podemos considerar, ainda, a falta de materiais didáticos adequados para o período de isolamento, como a ausência de notebooks, tablets e smartphones, a falta de familiaridade com recursos que possibilitassem um uso eficaz de tais equipamentos eletrônicos e a conexão de internet de qualidade inferior aliada à falta de um espaço adequado (ou mesmo a completa ausência dele) para a realização de diversos tipos de trabalho.

Para regulamentar as atividades desenvolvidas no período de isolamento social foram estabelecidas as Diretrizes para o Desenvolvimento de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) do IFRJ. Apesar de conter as estratégias de oferta dos conteúdos e objetivos de aprendizagem de cada componente curricular, de acordo com os respectivos Planos/Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), que devem ser adaptados e planejados conforme o contexto de excepcionalidade, esse documento não abordou a situação de servidoras ou alunas que se encontraram sobrecarregadas nesse período. Isso evidencia a falta de sensibilidade e empatia da instituição para com as servidoras e alunas. No entanto, é importante ressaltar que empatia e sensibilidade, por si só, não garantem a redução das dificuldades e dos danos enfrentados pelas mulheres que também são mães. É preciso ações concretas que dialoguem com as prerrogativas da EPT. Daí a importância de aplicar o produto educacional aos gestores do campus para que iniciativas a curto, médio e longo prazo fossem tomadas e para que as possíveis mudanças futuras no campus Volta Redonda viessem a ser adotadas em todos os campi a partir de um posicionamento da reitoria.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

O desenvolvimento deste produto educacional ocorreu após a coleta e análise dos dados obtidos por meio de uma roda de conversa realizada com mães que são alunas e servidoras do IFRJ Campus Volta Redonda. Através da análise desses dados, especialmente dos discursos das participantes durante a Roda de Conversa, pudemos identificar os principais desafios enfrentados por essas mulheres dentro da instituição e como a maternidade afeta suas atividades profissionais e acadêmicas. Com base nos resultados alcançados, consideramos relevante propor a criação de um minicurso de formação para gestores, como parte desse produto educacional. O objetivo principal desse minicurso foi promover a reflexão e conscientização sobre a importância de abordar a maternidade no contexto institucional.

### 5.1 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

#### 5.1.1 Contextualização e descrição

Os Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram criados, com a Lei nº 11.982, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), vinculada ao Ministério da Educação. A lei prevê que os institutos devem ser planejados e organizados para atuar no tripé ensino, pesquisa e extensão, ofertar educação profissional e tecnológica de forma integrada e verticalizada, a fim de alcançar todos os seus níveis e modalidades, desde a educação básica ao ensino superior e à pós-graduação lato e stricto sensu. Dessa forma, os Institutos Federais, de natureza acadêmico-científica multifacetada, apresentam desafios que transcendem o planejamento, a dimensão pedagógica e incluem também a dimensão infraestrutural, constituída por espaços físicos necessários ao atendimento ao público, às demandas dos servidores e em cumprimento aos objetivos de cunho social. Dessa forma, os IFs buscam contribuir para formar e qualificar profissionais nos diversos setores da sociedade, da economia e da cultura, de modo a beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais com vistas à promoção do desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008). Todavia, para atender a natureza multifacetada e a finalidade

dessas unidades educacionais da RFEPCT, o ambiente físico construído constitui um desafio que merece atenção de todos nós.

A criação de um minicurso de formação voltado para os gestores do campus Volta Redonda nos faz pensar a concepção de educação de forma mais ampla e associada ao conceito de um fenômeno multifacetado, que ocorre em diferentes modalidades, diferentes entre si pelo aspecto de intencionalidade/não-intencionalidade da ação pedagógica. A esse respeito, Libâneo (2005) afirma:

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não-escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. (p. 27).

Diante dessa perspectiva, podemos perceber que os sujeitos situados em uma dada experiência social produzem saberes condicionados pelo contexto no qual estão inseridos e pela interação entre cada pessoa e os conhecimentos adquiridos. Desse modo, ao vivenciarem experiências empíricas, os sujeitos produzem maneiras de lidar com a realidade, de agir e intervir nela. Assim, a educação é produto e processo social, o que, segundo Libâneo (2005), é condicionado pelas relações sociais presentes em cada sociedade e, por isso, também condicionado pelos saberes, interesses e práticas das suas classes sociais.

Ao abordar a presença das mulheres no contexto da educação profissional, nosso objetivo é fomentar o debate sobre os desafios enfrentados por essas mulheres após a maternidade, buscando promover uma reflexão sobre essa temática. Nesse contexto, buscamos abordar questões relacionadas à igualdade de gênero, respeito e inclusão.

Quanto ao embasamento conceitual dos temas abordados na pesquisa, destacamos que nossa discussão se fundamentou em questões relacionadas à desigualdade de gênero e à compreensão da construção social do papel da mulher na sociedade, assim como suas questões no ambiente de trabalho. Para embasar teoricamente nossa pesquisa, apoiamos-nos em autores de referência nesse campo. Além disso, reconhecemos o papel fundamental da escola, especialmente no

contexto dos cursos de educação profissional, e levamos em consideração os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica.

Considerando os gestores como figuras fundamentais na condução das discussões e tomada de decisão dentro da instituição, entendemos ser relevante fornecer a eles um material de apoio que possa auxiliar nessas ações. Sendo assim, o minicurso abordou conceitos essenciais para a compreensão da temática, bem como abordou questões pertinentes ao contexto educacional, com foco na educação profissional. Dessa forma, o minicurso teve como objetivo fornecer aos gestores conhecimentos necessários para uma compreensão aprofundada do tema, permitindo que eles estejam mais preparados para lidar com questões relacionadas à maternidade e promover a visibilidade destas questões no âmbito educacional.

Diante de uma perspectiva de valores, atitudes e normas adotadas para uma formação integral, o minicurso constituiu uma alternativa para a construção de um ambiente mais humano, buscando debater questões presentes na sociedade que são do convívio social e profissional dos participantes da pesquisa. Segundo Freire (1980), a educação libertadora envolve a criação de conhecimento por meio da ação e da reflexão, sendo esse o caminho para promover as transformações sociais desejadas. O material proporciona aos gestores a oportunidade de refletir sobre situações que muitas vezes são consideradas naturais ou rotineiras, mas que reproduzem questões profundas da sociedade e, principalmente, da trajetória de formação profissional e acadêmica das mulheres após se tornarem mães.

Dessa forma, o minicurso buscou promover a conscientização dos gestores, capacitando-os a adotar práticas mais inclusivas e igualitárias, de modo a construir um ambiente de trabalho e estudo que respeite e valorize a experiência das mulheres que são mães, reconhecendo as adversidades que elas enfrentam e oferecendo o suporte necessário para que possam se desenvolver profissionalmente. Assim, esse produto contribuirá para uma gestão mais consciente e comprometida com a promoção de um ambiente de trabalho e estudo mais acolhedor e equânime.

#### 5.1.2 A construção da proposta

Para a construção do produto educacional desta pesquisa, foram

estabelecidas 3 etapas: Etapa 1 – elaboração do Plano de Ensino; Etapa 2 – construção dos módulos de ensino; Etapa 3 – revisão dos módulos.

Na Etapa 1 (Elaboração de um Plano de Ensino), foram detalhados os dados da proposta de capacitação, tais como nome, público-alvo, carga horária, objetivo, ementa, conteúdo programático, modalidade.

Na Etapa 2 (Construção dos Módulos), foi possível exercitar e colocar em prática vários assuntos abordados nas disciplinas do mestrado que perpassam pelas “Bases Conceituais da Educação Profissional e Tecnológica”, “Diversidade e Inclusão”, “Espaços não-formais na EPT” e “Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica”.

Na sequência, a Etapa 3 (Revisão dos Módulos) consistiu em realizar um exame minucioso nos elementos dos módulos propostos, bem como os ajustes necessários para uma melhor apresentação.

### 5.1.3 - O conteúdo programático

Para a sistematização dos assuntos a serem abordados, a capacitação foi dividida em 4 módulos, de acordo com os conteúdos trabalhados, os quais detalharemos nesta seção.

O Minicurso intitulado ‘A maternidade no IFRJ Campus Volta Redonda: reflexões à luz da EPT’ teve como público-alvo os gestores do IFRJ Campus Volta Redonda, com a carga horária total de seis (6) horas divididas em 2 encontros, um presencial e outro online.

O principal objetivo foi fornecer-lhes conhecimentos necessários para uma compreensão aprofundada do tema, permitindo que eles estejam mais preparados para lidar com questões relacionadas à maternidade e promover a visibilidade desse tema no âmbito educacional.

A avaliação de cada módulo foi realizada a partir das discussões e reflexões com o grupo durante os encontros. O certificado foi emitido pela Coordenação de Pesquisa do Campus Volta Redonda para todos os participantes

### **Módulo 1:** O lugar das mães servidoras e alunas dentro da EPT (presencial)

Conteúdo: Contextualização da pesquisa, apresentação do grupo focal, os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Introdução do perfil das participantes da roda de conversa. Maternidade e os pressupostos teóricos da EPT.

Atividade: Em grupo, pensar sugestões de ações que garantam um olhar diferenciado para mães alunas e servidoras que estejam em consonância com os pressupostos da EPT.

### **Módulo 2:** Mulheres no mundo: a maternidade com seus sonhos e desafios (presencial)

Conteúdo: A mulher mãe e o mundo do trabalho; Feminismo e maternidade; Maternidade e a Pandemia COVID 19.

Atividade: Reflexão e debate após a apresentação de 2 vídeos que retratam as condições da maternidade nos dias de hoje.

### **Módulo 3:** A mulher no IFRJ campus Volta Redonda (maternidade e o mercado de trabalho)

Conteúdo: Maternidade e trabalho, Educação Profissional e Técnica e as Mulheres; Dificuldades enfrentadas e necessidades que atravessam os caminhos de quem é mãe no IFRJ Campus Volta Redonda.

Atividade: Diante das dificuldades e necessidades apresentadas, o grupo deve refletir e propor ações que possam garantir práticas mais inclusivas e igualitárias. O que pode ser feito a esse respeito?

### **Módulo 4:** Criando um espaço muito especial: o espaço não-formal e suas possibilidades

Conteúdo: Definição de espaço não-formal, Panorama dos IFs, Relato de experiência: a criação do Espaço Kids no IFF de Bom Jesus.

Atividade: Pensar sobre a necessidade de construir um ambiente de trabalho e estudo que respeite e valorize a experiência das mulheres que são mães,

reconhecendo as adversidades que enfrentam e oferecendo o suporte necessário para que possam desenvolver-se profissionalmente. Foi usado, como modelo já existente para o que se espera da instituição, o Espaço Kids no IFF de Bom Jesus de Itabapuaana, na região norte do estado do Rio de Janeiro.

Durante a aplicação do produto educacional, vários slides foram utilizados.

## 5.2. A APLICAÇÃO E OS RESULTADOS DO PRODUTO EDUCACIONAL

### 5.2.1 - A aplicação do produto educacional

A aplicação e validação do produto educacional desenvolvido, a partir da compreensão de que a construção de uma proposta de material educacional deve assegurar a participação do público alvo, o convite foi enviado aos gestores do campus via e-mail institucional. Foram convidados a participar do minicurso de formação a Diretoria Geral, Diretoria de Ensino, Diretoria de Administração, coordenações dos cursos técnicos e das licenciaturas, coordenação do NUGEDS e a coordenação técnico-pedagógica.

Dentre os 11 servidores convidados, 5 aceitaram participar da aplicação do produto educacional, a saber: Diretoria Geral, Diretoria de Ensino, Diretoria de Administração, Coordenação do curso Técnico em Metrologia, Coordenação do NUGEDS.

A aplicação do produto iniciou-se em 11/04/2023 de forma presencial, com os módulos 1 e 2. Considerando que haveria a participação de uma convidada externa, optamos por fazer os módulos 3 e 4 de forma online, através do Google Meet. Esta etapa aconteceu no dia 18/04/2023.

O formulário de avaliação foi elaborado a partir do Google Forms, aplicativo de gerenciamento de pesquisas do Google, e foi disponibilizado ao final do módulo 4 via chat do encontro e via e-mail.

### 5.2.2 - Resultados do produto educacional

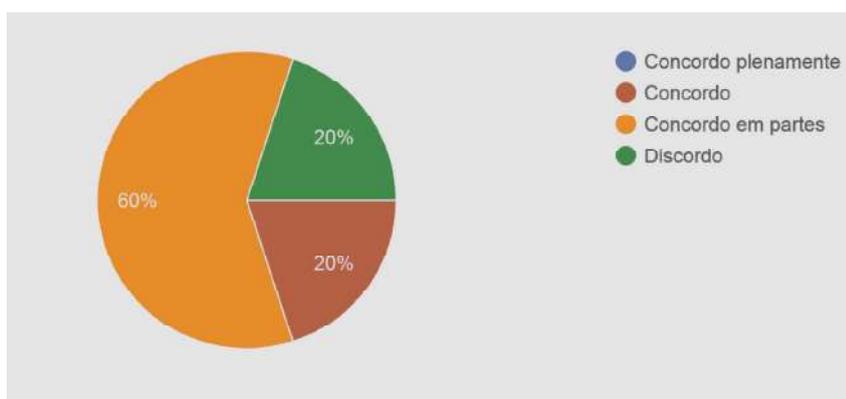
O produto foi aplicado aos gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência

e Tecnologia do Rio de Janeiro campus Volta Redonda, local onde se encontra o público alvo da pesquisa. O convite para a participação se deu via e-mail institucional.

A avaliação foi disponibilizada ao final no minicurso por meio de um questionário on-line via Foogle Forms composto de 3 quesitos distintos com perguntas abertas e fechadas em cada quesito. As questões fechadas abordaram sobre a compreensão, envolvimento e aceitação. Já as questões abertas possibilitaram colher dos participantes suas contribuições e percepções sobre o tema. Para identificar as participantes do minicurso, de forma a garantir o sigilo das identidades, utilizamos a sigla PG (iniciais das palavras “participante” e “gestor”), seguida de um ordenamento sequencial numérico (1,2,3...). O questionário aplicado aos gestores consta no Apêndice C deste trabalho.

Considerando a importância do assunto abordado, todos os participantes concordaram plenamente com a relevância e, apesar de não terem conversado sobre esse tema em atividades promovidas pelo campus, o julgaram pertinente e admitiram que ações favoráveis às mães sejam desenvolvidas no campus.

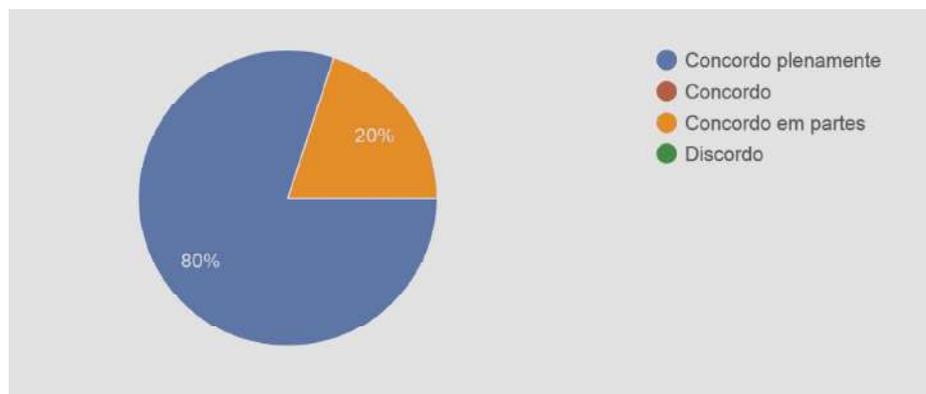
Figura 5: Conhecimento sobre trabalhos desenvolvidos no campus que retratam a maternidade.



Fonte: a autora (2023)

De acordo com o gráfico acima, percebemos que esse tema ainda tem baixa visibilidade nas ações desenvolvidas no campus. Ressaltamos aqui que duas participantes fazem parte do coletivo de Mães, criaturas invisíveis do IFRJ e, por isso, conhecem algumas ações que estão em desenvolvimento no campus.

Figura 6: As questões abordadas dialogam com os pressupostos da EPT?



Fonte: a autora (2023)

Esse gráfico nos mostra que o mini curso atende à proposta do programa, uma vez que, segundo o mesmo, a aplicação do produto educacional deve estar pautada na EPT.

Como forma de compreender como os participantes entenderam este diálogo entre o tema abordado e a EPT, solicitamos que comentassem a questão supracitada. Segundo o PG1, a educação profissional e técnica ainda é machista e não acolhe de forma adequada o tema abordado. Um dos participantes nos relata que:

Um dos principais pressupostos da EPT é a omnilateralidade do sujeito, o que está diretamente relacionado a todas as questões que atravessam a realidade social. A maternidade, o trabalho materno e os papéis sociais das mulheres mães estão na estrutura da nossa sociedade e, portanto, atravessam todos os sujeitos que dela pertencem. Assim, é uma temática indispensável de ser abordada e trabalhada com toda a comunidade escolar.(PG2)

Segundo PG3, possibilitar às mães melhores condições para o trabalho e o estudo é algo que certamente dialoga com os pressupostos da EBTT.

O próximo quesito avaliado foi a condução do minicurso e todos os participantes concordaram plenamente com os seguintes itens:

- A linguagem utilizada foi adequada e de fácil compreensão;
- A pesquisadora deixou o grupo à vontade para manifestar suas opiniões e

contribuir com o debate;

- A pesquisadora demonstrou conhecimento e segurança na condução da atividade;
- O formato do minicurso foi agradável e elucidativo.

O terceiro e último quesito aborda o aprendizado com o minicurso. Todos os participantes concluíram o curso mais informados e esclarecidos sobre alguns mitos e tabus da maternidade. Com o objetivo de verificar as contribuições que este minicurso apresenta para a melhoria da gestão do campus, perguntamos aos participantes quais ações podem ser revistas e/ou implementadas após a conclusão do minicurso. Recebemos as seguintes considerações:

“Algumas ideias e ações podem ser encaminhadas via NUGEDS, Coletivo de Mães e equipe de gestão, no que se refere à promoção de rodas de conversa e eventos para conscientização e à busca de condições e espaços no campus para as famílias” (PG1)

“Promover o olhar diferenciado para a condição das mães alunas e trabalhadoras, criar um espaço físico com estrutura destinado às mães e suas crianças no Campus” (PG2)

“Acredito que o campus deve começar a desenvolver ações de conscientização sobre a temática, além de estabelecer um diálogo mais profícuo com as servidoras e alunas mães, a fim de garantir um ambiente de trabalho mais salutar e acolhedor para todas” (PG3)

“Melhor acolhimento no retorno às atividades das mães tanto servidores quanto discentes”. (PG4)

“Mais rodas de conversa onde as mães possam relatar as fragilidades nos atendimentos a elas no Campus, reuniões onde possam ser discutidas as questões de infraestrutura para que possamos atender as mães e seus filhos dentro do Campus e elas se sintam inteiramente acolhidas” (PG5)

Uma estratégia que adotamos para verificar se o PE corresponde aos pressupostos da EPT de forma a atingir verdadeiramente seu objetivo foi perguntar qual o impacto deste trabalho nas ações que são desenvolvidas por estes gestores

no campus Volta Redonda. Recebemos devolutivas valiosas como o despertar de um olhar mais humanizado para o público-alvo, promovendo reflexão e diálogo, com o intuito de incluir essas questões no plano de ações e metas do campus, além da possibilidade de propostas concretas. A coordenadora do NUGEDS destaca que “Como coordenadora do NUGEDS, me despertou para a necessidade de desenvolver ainda mais ações junto às mulheres mães, no sentido de discutir a temática com toda a comunidade, partindo de suas próprias vivências, realidades e necessidades”.

Segundo PG5, “Hoje seria buscar um lugar onde possamos pôr em prática a sala que foi apresentada no curso, com aquisições de todo material e pessoal necessário para que ela funcione de maneira que atenda às mães do Campus”.

Finalizamos a aplicação do PE com todos os participantes afirmando que gostaram de participar do minicurso e que o assunto apresentado afetará de forma positiva na organização, estrutura e funcionamento do campus. Diante do exposto, entendemos que o produto Educacional alcançou o objetivo proposto por fornecer aos gestores conhecimentos necessários para a compreensão aprofundada do tema, capacitando-os para tratar as questões relacionadas à maternidade e ampliar a visibilidade destas questões no dentro do IFRJ campus Volta Redonda.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar essa pesquisa foi, sem dúvidas, uma experiência desafiadora, uma vez que também sou mãe e servidora do IFRJ campus Volta Redonda. Foi preciso conciliar o pouco tempo que dispunha com as várias responsabilidades que possuo dentro e fora do instituto para produzir o presente trabalho. Esta pesquisa fez-nos perceber que as dificuldades são reais, que todas nós, mães, servidoras e alunas, precisamos diariamente encontrar estratégias para continuarmos firmes em nossas formações acadêmicas e desempenharmos atividades profissionais. A motivação foi, além do desejo de realização pessoal, a possibilidade de tentar melhorar as condições dessas mulheres que encontramos pelos corredores do campus.

As mulheres que decidem se tornar mães sofrem estigma social e sobrecarga. Apesar de os progressos que visam a assegurar a equidade de direitos entre os gêneros e do fato de as mulheres terem atingido níveis significativos nas esferas social, familiar, educacional e profissional, ainda são grandes os obstáculos que perpetuam na nossa sociedade, dificultando a realização efetiva dessa igualdade.

Segundo Saffioti (1978), a sociedade utiliza a ideia de uma identidade social para traçar a forma de como os papéis são atribuídos ao homem e à mulher dentro de seu contexto. A partir desses papéis, surge uma forma de hierarquia na qual o homem, mesmo considerando as questões relacionadas à classe social ou de ordem racial, ocupa uma posição de supremacia. Isso acarreta a naturalização de determinados padrões de comportamento fazendo com que situações de discriminação, por vezes, sejam invisibilizadas.

Vimos que na sociedade capitalista, o papel de cuidar da casa e da família sempre foi atribuído às mulheres, com base no discurso da sua natureza feminina voltada para essas tarefas. No entanto, é preciso desnaturalizar a mulher como uma categoria fixa, como uma essência biológica e entendê-la como sujeito social e político. Percebemos ainda hoje que, mesmo buscando sua independência e participação no espaço público, as mulheres ainda enfrentam desvantagens em relação aos homens pois continuam assumindo, majoritariamente, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e a criação dos filhos. Embora tenham ocorrido mudanças no papel das mulheres na sociedade moderna, a maternidade

ainda representa um desafio a ser conciliado com o trabalho. Apesar da criação de leis para garantir proteção às gestantes, entre elas licença maternidade remunerada pelo INSS, em alguns casos, essa proteção pode resultar em uma situação em que a contratação de mulheres se torna mais custosa, favorecendo a empregabilidade dos homens.

Considerando o ambiente escolar e, mais especificamente neste contexto de estudo, a educação profissional, reconhecemos esses espaços como propícios para a construção de uma consciência crítica entre os indivíduos. Nesse sentido, é de suma importância desenvolver pesquisas que incentivem e promovam, dentro do contexto da educação profissional, a discussão de questões que afetam a vida em sociedade, uma vez que entendemos que a formação integral dos alunos deve abranger todos os aspectos relacionados às dimensões sociais e culturais que os cercam.

Desse modo, com a presente pesquisa, propusemos investigar os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres servidoras ou alunas enquanto mães no IFRJ campus Volta Redonda. Buscamos compreender, a partir dos seus relatos, de que modo questões relacionadas à maternidade estão presentes na trajetória de formação acadêmica e profissional dessas mulheres, bem como de que maneira o fato de ser mulher e mãe se apresenta enquanto questão que distingue ou limita suas ações no cotidiano. Acima de tudo, observamos o grau de receptividade e pré-disposição da administração do IFRJ, Campus Volta Redonda e inferimos que, mediante as respostas, os gestores se mostraram favoráveis a ouvirem as mães e procurarem criar um ambiente que lhes atenda as necessidades.

Quando se trata de instituições públicas de ensino, devemos sempre questionar até que ponto essas organizações estão preparadas para acolher servidoras e alunas mães, oferecendo-lhes espaços que viabilizem o exercício de atividades maternas, quando necessário. Atualmente, no IFRJ campus Volta Redonda, não há espaços protegidos para a permanência de bebês e crianças que, porventura, precisem acompanhar as respectivas mães em atividades cotidianas de trabalho ou de estudo. Não há locais para amamentação e ordenha, espaço onde bebês e crianças possam descansar ou estar em segurança enquanto suas mães trabalham ou estudam. As leis e políticas públicas e institucionais não dão conta das

realidades enfrentadas por essas mulheres no dia-a-dia de cuidados com seus filhos e filhas.

A inclusão de espaços adequados para mães com suas crianças, se adotada pelas instituições, promoveria um olhar diferenciado por essa “categoria” invisibilizada e, conseqüentemente, resultaria no aumento da participação feminina no âmbito acadêmico. SANTOS (2021) nos sugere que “o design arquitetônico de uma instituição educacional deve ser uma extensão da sua identidade e objetivos. Isso contribuirá para a criação de um ambiente educacional enriquecedor, inspirador e funcional para todos os envolvidos”.

Ao elaborar e ministrar um minicurso de formação para os gestores do campus, como PE, foi possível refletir sobre as questões que envolvem a dualidade de ser mãe e estudante/profissional, e repensar as estratégias para lidar com esses desafios no contexto da EPT, assumindo relevância significativa quando se tem a missão de fornecer um ensino humanizado, crítico e voltado para a cidadania. Em função do trabalho desenvolvido, entendemos que a experiência foi exitosa e nos colocamos otimistas para que o que foi debatido com as mães e gestores venha a transformar o panorama do campus em questão, tornando-o viável à conciliação das atividades laborais/acadêmicas com a maternidade. Para tanto, cabe também à reitoria e a instâncias superiores reflexões a respeito desse tema, para que uma postura nesse sentido não se dê de modo pontual, mas que se torne uma prática em todos os institutos federais e outras organizações, quer sejam públicas ou privadas.

## 7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Camila Infanger. **Maternidade e academia: políticas de inclusão de gênero na academia**. 2020. [122 f.]. Dissertação (Programa de Mestrado em Administração em Gestão Internacional) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, [São Paulo].

AMARAL JR., J. C. (2013). **Educação para mulheres: análise histórica dos ensinamentos de economia doméstica no Brasil**. Revista HISTEDBR, 52, 275-285.

ANDRADE, Joana El-Jaick. **O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº18. Brasília, p. 265-300, setembro - dezembro de 2015.

ANTÔNIO, N. C.; AYUB, S. R. C.; TEREBELI, G. C. R. **Impacto da pandemia no âmbito familiar e profissional da mulher**. In: ZAGO, M. C. Saúde Mental no Século XXI: indivíduo e coletivo pandêmico. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2000.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENASSULE, Stéfannie Cardoso; CAVALCANTE, Milady Cutrim Vieira; LAMYFILHO, Fernando. **Saúde mental de mães de crianças entre 15 e 36 meses da coorte BRISA – São Luís, Maranhão**. Medicina, Ribeirão Preto, v. 4, n. 53, p. 415-423, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v53i4p415>-Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/167283/166391>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BONATO, N. **A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. Anais 27a Reunião Anual Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, MG, Brasil, 2004.

BRASIL, **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008, Seção 1, p. 1.

BRASIL, **Resolução CNE/CEB 5/2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, seção1, p.19, 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578> Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em: 03/06/2022.

C103 - **Amparo à maternidade**. Disponível em [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_235193/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235193/lang--pt/index.htm). Acesso em 03/06/2022.

ClAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade** 2005. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>

COSTA, Maria Adélia da. **Metodologias ativas de aprendizagem aplicadas ao ensino remoto emergencial**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **On intersectionality: essential writings**. New York: The New Press, 2022.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUTRA, V. M. (2013). **De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: conflitos inter-oligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói** (Primeira República). Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, S. Pandemia, Reprodução e Comuns. **Revista IHU** on-line, 30 de abr. 2020. Acesso em: 4 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação** – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. (orgs). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, Tânia Cristina Meira; *et al.* **Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aulas [recurso eletrônico]**. Natal: SEDIS/UFRN, 2020. PDF<sup>^</sup>

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/20594>>.

ENGELS, Friedrich. **Sobre A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Uberaba: Vitória. 1964.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. 1994. **A classe operaria tem dois sexos**. In Revista Estudos Feministas, vol.2, n° 3.

KELLER, Evelyn Fox. **Representations on gender and science**. New Haven: Yale University Press, 1996.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo, Cortez, 1988. 166p

LEGATES, Marlene. **In their time: a history of feminism in western society**. Routledge: New York, 2001.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: Del Priore, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto. 2013. Disponível em <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

LÖWY, I. Ciências e gênero. In: HIRATA, H. et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo** São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 40-44.

MILLET, K.. **Sexual politics**. New York: Doubleday & Company, 1970.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. **A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível**. Revista Temas em Educação, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

MURARO, R.M. **A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. 4ª. ed.. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

NARVAZ, Martha Giudice ; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: Da**

**prescrição normativa à subversão criativa.** Psicologia e Sociedade , Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 49-56, 2006.

NOVAES, Elizabete David. **Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história.** História e Cultura , v. 4, p. 50-66, 2015.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: Instituto Federal do Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em:  
[https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67\\_Institutosfederais.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf)

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Marise. **A Concepção de Ensino Médio Integrado,** 2008. Disponível em:  
<https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-mariseramos1.pdf>. Acesso em 30/07/2021

Regulamento do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual no IFRJ (Resolução nº 54/2019/CONSUP/IFRJ). Disponível em:  
[https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/arquivo\\_completo\\_-\\_resolucao\\_no\\_54\\_aprovar\\_o\\_regulamento\\_dos\\_nucleos\\_de\\_genero\\_e\\_diversidade\\_sexual.pdf](https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/ConSup/Resolucoes2019/arquivo_completo_-_resolucao_no_54_aprovar_o_regulamento_dos_nucleos_de_genero_e_diversidade_sexual.pdf). Acesso em 04/08/2021

Regulamento de Exercícios Domiciliares (Resolução nº 37/2028/CONSUP/IFRJ). Disponível em:  
[https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROET/resolucao\\_no\\_37\\_-\\_2018\\_regulamento\\_de\\_exercicios\\_domiciliares\\_0.pdf](https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROET/resolucao_no_37_-_2018_regulamento_de_exercicios_domiciliares_0.pdf)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Emprego doméstico e capitalismo.** Petrópolis, Vozes, 1978.

SANTOS, Ieda Fraga. **Estudo de relações de gênero e educação profissional: desconstruindo estereótipos para promover a equidade.** 2019.[140 f.]. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

# APÊNDICE A

## SLIDES APRESENTADOS NA RODA DE CONVERSA

**Os desafios de ser mãe e profissional ou aluna no IFRJ: um bate papo sobre a realidade do Campus Volta Redonda**

**Apresentação**  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)  
Aluna: Juliana de Fátima Calixto de Oliveira  
Orientador: Prof. Dr. Heleno Álvares Bezerra Júnior

**Contextualização**  
A partir de uma Roda de Conversa percebeu-se a necessidade de desenvolver políticas públicas que acolham as trabalhadoras e alunas mães com suas crianças nos ambientes acadêmicos e laborais.

**Problema**  
Como promover acolhimento de mães no exercício de suas atividades no IFRJ Campus Volta Redonda com um olhar diferenciado quanto às práticas laborais e estudantis?

**Etapas**  
**Roda de conversa**  
Levantar dados sobre o número e as condições de mães trabalhadoras e estudantes do IFRJ Campus Volta Redonda, assim como suas necessidades em termos de infraestrutura.  
**Produto Educacional**  
Preparar um projeto piloto que funcione como um espaço de acolhimento para as mães do IFRJ Campus Volta Redonda com base na discussão comunitária, de forma que, além de propiciar o bem-estar e a qualidade de vida, seja um espaço de formação ética, política e social para todos que vivenciam e instituem.

**Mulher, Maternidade e o Mundo do Trabalho**

LEI 8664/93 (LÍQUIDAÇÃO) NÃO GARANTE O ACESSO ÀS CRIANÇAS EM IDADE DE MATERNIDADE. É NECESSÁRIO TER UMA POLÍTICA DE APOIO ÀS MÃES TRABALHADORAS.



## Espaço para mães na EPJ

### Será que existe?

Garantir, numa perspectiva da diversidade de gênero, o direito à maternidade, contemplando suas necessidades específicas.

Garantir uma infraestrutura que dê subsídios às servidoras e alunas mães para exercer suas funções maternas fora do espaço de domesticidade

### Vamos conversar?

Quais os desafios e obstáculos para servidoras e alunas do IFRJ Campus Volta Redonda após a experiência de se tornarem mães?



### Vamos conversar?

Quais as melhorias estruturais (físicas, humanas e políticas) podem ser implantadas para melhorar a permanência de servidoras e mães dentro do campus?



### Vamos conversar?

Quais estratégias as mães do campus Volta Redonda vêm construindo e precisam desenvolver para que trabalhem ou estudem em condições dignas?

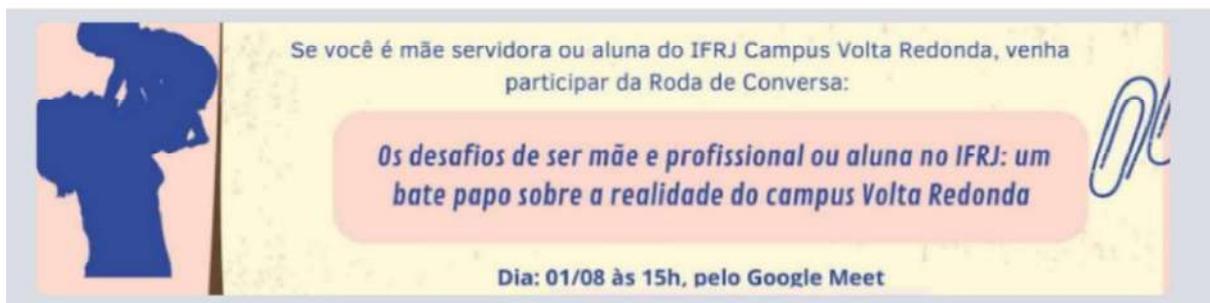


Obrigada

JULIANA CALIXTO

## APÊNDICE B

### QUESTIONÁRIO DA RODA DE CONVERSA



#### **A MATERNIDADE COMO DESAFIO PARA MÃES SERVIDORAS E ALUNAS NO IFRJ CAMPUS VOLTA REDONDA: REFLEXÕES FEMINISTAS À LUZ DA EPT.**

Este questionário é direcionado para mães servidoras e/ou alunas do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Volta Redonda, que participaram da Roda de Conversa.

Prezada mãe,

Você está sendo convidada para participar voluntariamente da pesquisa: "A maternidade como desafio para mães servidoras e alunas no IFRJ campus Volta Redonda: reflexões feministas à luz da EPT", cujo objetivo é promover o acolhimento de mulheres mães a partir da discussão das políticas públicas institucionais voltadas à parentalidade e à infância, a partir da sua participação na Roda de Conversa realizada de forma virtual, em 01 de agosto de 2022.

Para participar deste estudo, favor responder este questionário online. O tempo médio estimado para conclusão do questionário é de 5 minutos. Os riscos e desconfortos envolvidos são mínimos e se relacionam ao cansaço pelo período em que você responde às perguntas. Entretanto, existem os riscos inerentes ao ambiente virtual, tais como quebra de sigilo e confidencialidade, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Por se tratar de uma pesquisa cujo armazenamento das respostas ao formulário se dará em uma nuvem durante o período de coleta, o risco de vazamento de informações está presente. A pesquisadora se compromete em fazer o download dos dados imediatamente após o encerramento da pesquisa, diminuindo assim este risco. A pesquisadora manterá sob sua guarda, em computadores privados, os documentos e dados referentes a este projeto, por um período de cinco anos.

Como participante da pesquisa, sua privacidade será respeitada e qualquer dado que possa lhe identificar será mantido em sigilo. No questionário não há solicitação de nome. Os dados coletados nos questionários serão analisados sem qualquer possibilidade de associação entre respostas e respondentes na divulgação dos resultados da pesquisa. A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados individuais da pesquisa. Durante qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa, sem necessidade de justificativas e sem qualquer prejuízo. Em caso de dúvida, garantimos assistência através dos contatos elencados abaixo:

Nome do pesquisador: Juliana de Fátima Calixto de Oliveira

E-mail: juliana.oliveira@ifrj.edu.br

Após participar da Roda de Conversa Virtual, você concorda em participar de mais uma etapa da pesquisa respondendo este questionário? SIM / NÃO

Você confirma ser mãe servidora ou discente no IFRJ Campus Volta Redonda? SIM/NÃO

Qual o seu vínculo com o IFRJ Campus Volta Redonda?

Qual o seu ano de nascimento?

De acordo com as categorias do censo IBGE para raça ou cor, como você se declara?

Qual a sua maior titulação? (ensino fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação)

Quantos filhos você tem?

Qual a idade do(s) seu(s) filho(s)?

Você é mãe de pessoa com deficiência? No caso de ser mãe de pessoa com deficiência, você encontrou alguma dificuldade de retornar às atividades laborais ou acadêmicas? Quais?

Você usufruiu de licença-maternidade ou licença-adoiante? No caso de mais de um filho, responda considerando seu filho mais novo.

Qual a maior dificuldade você tem enfrentado ou já enfrentou sendo MÃE e uma servidora ou estudante no IFRJ?

Sabemos que, atualmente, o IFRJ Campus Volta Redonda não possui uma estrutura adequada de acolhimento para as mães servidoras ou estudantes. Quais as melhorias estruturais (físicas, humanas e políticas) você acredita que deveriam ser implantadas para servidoras e alunas que são mães?

Com o afastamento social devido a pandemia COVID-19, o que afetou na sua vida no que tange ao trabalho/estudo remoto e à maternidade?

## APÊNDICE C

### **Avaliação do minicurso de formação de gestores: A maternidade no IFRJ Campus Volta Redonda: reflexões feministas à luz da EPT**

\* Indica uma pergunta obrigatória

Este questionário é direcionado aos gestores/as servidores/as do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Campus Volta Redonda, que participaram do minicurso “A maternidade no IFRJ Campus Volta Redonda: reflexões feministas à luz da EPT”.

Prezado/a Gestor/a,

Você está sendo convidada/o para participar voluntariamente da pesquisa: “A maternidade como desafio para mães servidoras e alunas no IFRJ campus Volta Redonda: reflexões feministas à luz da EPT”, cujo objetivo é promover o acolhimento de mulheres mães a partir da discussão das políticas públicas institucionais voltadas à parentalidade e à infância. Este questionário faz parte da avaliação do Produto Educacional aplicado através de um minicurso no qual você participou nos dias 11 e 18/04/2023.

O tempo médio estimado para conclusão do questionário é de 5 minutos. Os riscos e desconfortos envolvidos são mínimos e se relacionam ao cansaço pelo período em que você responde às perguntas. Entretanto, existem os riscos inerentes ao ambiente virtual, tais como quebra de sigilo e confidencialidade, em função das limitações das tecnologias utilizadas. Por se tratar de uma pesquisa cujo armazenamento das respostas ao formulário se dará em uma nuvem durante o período de coleta, o risco de vazamento de informações está presente. A pesquisadora se compromete em fazer o download dos dados imediatamente após o encerramento da pesquisa, diminuindo assim este risco. A pesquisadora manterá sob sua guarda, em computadores privados, os documentos e dados referentes a este projeto, por um período de cinco anos.

Como participante da pesquisa, sua privacidade será respeitada e qualquer dado que possa lhe identificar será mantido em sigilo. No questionário não há solicitação de nome. Os dados coletados nos questionários serão analisados sem qualquer possibilidade de associação entre respostas e respondentes na divulgação dos resultados da pesquisa. A pesquisadora se responsabiliza pela guarda e confidencialidade das informações, bem como a não exposição dos dados individuais da pesquisa. Durante qualquer momento, você poderá desistir de participar da pesquisa, sem necessidade de justificativas e sem qualquer prejuízo. Em caso de dúvida, garantimos assistência através dos contatos elencados abaixo:

Nome do pesquisador: Juliana de Fátima Calixto de Oliveira

E-mail: [juliana.oliveira@ifrj.edu.br](mailto:juliana.oliveira@ifrj.edu.br)

1) Quanto ao assunto abordado: \*

A) Os assuntos foram muito importantes para mim?

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

B) Ainda não havia conversado sobre esse tema em atividades promovidas pelo campus? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

C) O tema apresentado é pertinente com as ações desenvolvidas no campus? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

D) Existe algum trabalho sendo desenvolvido no campus que retrata este tema?\*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

E) As questões abordadas dialogam com os pressupostos da EPT? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

F) Comente sua resposta anterior. \*

2) Quanto à condução do Minicurso:

A) A linguagem utilizada foi adequada e de fácil compreensão?\*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

B) A pesquisadora deixou o grupo à vontade para manifestar suas opiniões e contribuir para o debate?\*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

C) A pesquisadora demonstrou conhecimento e segurança na condução da atividade?\*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

D) O formato do minicurso foi agradável e elucidativo? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

3) Quanto ao aprendizado com o minicurso: \*

A) Me deixou mais informado(a)?\*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

B) Me esclareceu sobre alguns mitos e tabus? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo

C) Quais ações podem ser revistas e/ou implementadas após a conclusão deste minicurso?\*

D) Como gestor(a), qual o impacto deste trabalho nas ações que você desenvolve no campus Volta Redonda?\*

E) Afetará meu comportamento de forma positiva? \*

Concordo plenamente  Concordo  Concordo em partes  Discordo F)  
Gostei de participar? \*

Este conteúdo não foi criado nem aprovado  
pelo Google.

## Formulários